

TEMAS DE MUSEOLOGIA

Museus e Acessibilidade



FICHA TÉCNICA

Colecção Temas de Museologia

Museus e Acessibilidade

Coordenação

Clara Mineiro

Divisão de Divulgação e Formação (DDF)
Instituto Português de Museus (IPM)

Texto

Peter Colwell

Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)

Elisabete Mendes

Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI)

Colaboração

Maria José Couto

Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Núcleo Regional do Sul (APPC-NRS)

Cristina Fontes

Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência (ANACED)

Amândio Coutinho

Instituto Jacob Rodrigues Pereira (IJRP)

Ilustrações

Lara Lúcia Peralta Resende

Fotografias

© Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus (fotógrafo José Pessoa)

Fig. 33 e 35

Instituto Português de Museus

Fig. 1 e 2

ANACED

Fig. 3, 4 e 5

Museu de Cerâmica

Fig. 6

Museu do Chiado

Fig. 7, 8 e pág. 14

Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

Fig. 9

Museu Nacional do Azulejo

Fig. 10, 11 e capa

Museu de Alberto Sampaio

Fig. 12

Museu de José Malhoa

Fig. 13

Museu Nacional de Etnologia

Fig. 14

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração:

de João Herdade e José Arez na revisão do Capítulo III; dos Museus do IPM, que testaram e avaliaram criticamente a primeira versão deste manual;

das instituições que autorizaram a publicação de imagens nesta obra.

Design gráfico

Luis Chimeno Garrido

Pré-impressão e Impressão

Facsimile, Lda.

© Instituto Português de Museus

Palácio Nacional da Ajuda

Ala Sul, 4º andar

1349-021 Lisboa

Tel: 21 365 08 00

Fax: 21 364 78 21

www.ipmuseus.pt

Todos os direitos reservados

1ª edição, Abril de 2004

1000 exemplares

ISBN nº 972-776-229-8

Depósito Legal nº 210072/04

[Museus e Acessibilidade]

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	15
I. Atitudes perante as necessidades especiais	19
II. Diagnóstico das necessidades especiais	25
III. Acessibilidade do espaço	31
IV. Acessibilidade da informação	51
V. Acessibilidade do acervo	63
VI. Programação de actividades integradas	69
VII. Financiamento	75
VIII. Níveis de aplicação	81
IX. Ficha diagnóstico para avaliação da acessibilidade nos museus	85
X. Legislação	105
XI. Bibliografia	109
XII. Contactos	113
XIII. Anexos	117



■ Melhorar o acesso à Cultura, aos Museus e suas colecções, por parte dos visitantes com necessidades especiais, constitui objectivo essencial por todos partilhado.

No entanto, é sabido que numerosos obstáculos impedem a plena fruição do nosso património cultural móvel, seja através de inúmeras barreiras arquitectónicas que surgem ao longo de um percurso expositivo, seja através de deficiências de comunicação diversas que se revelam na documentação de apoio e contextualização de exposições e acontecimentos, na sinalética, na identificação dos objectos.

A presente edição constitui um primeiro passo no sentido de apontar o caminho para a ultrapassagem desses obstáculos, na medida em que traça um diagnóstico inicial das situações mais graves e aponta recomendações e boas práticas com os objectivos de melhorar as condições de acolhimento dos museus e de propor novas e mais participadas leituras e contactos com as suas colecções.

Preparámos a edição desta publicação em parceria com instituições que representam pessoas com deficiência, com quem o Instituto Português de Museus (IPM) estabeleceu um protocolo de colaboração: a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), o Instituto Jacob Rodrigues Pereira (IJRP), a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Núcleo Regional do Sul (APPC-NRS), a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI) e a Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência (ANACED). Cumprimos assim o objectivo de divulgação de normas e boas práticas para a acessibilidade em Museus, mas esperamos ir mais longe e poder também dar um contributo para a aplicação destas propostas de modo a que seja possível alcançar uma melhoria significativa do acolhimento e da informação aos visitantes com deficiência e dessa forma concretizar algumas etapas da eliminação de obstáculos sociais, físicos e comunicacionais nos museus.

É de justiça referir que, embora reconhecendo que ainda muito é necessário concretizar do ponto de vista da plena acessibilidade dos museus integrados no IPM - simultaneamente no que toca aos espaços, aos equipamentos, aos serviços, aos acervos e às actividades - temos claramente gizado que cada nova área de intervenção deve ter sempre em perspectiva assegurar, de acordo com as mais recentes orientações e tecnologias, as questões de acessibilidade de todos os cidadãos.

Estas orientações têm tido concretização quando se constrói de raiz um novo museu ou quando se projecta a renovação ou ampliação dos museus que já existem, a maior parte instalados em edifícios com características muito diversas, de valor histórico-patrimonial e/ou classificados, como é o caso dos antigos conventos, paços episcopais ou outros de menor porte. Todas as intervenções recentes se têm regido pelo Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio, que diz respeito à eliminação das barreiras arquitectónicas nos edifícios públicos¹.

A preocupação com a acessibilidade está particularmente presente na preparação de algumas das novas exposições previstas para o ano de 2004. É o caso da exposição *A vida e obra de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro*, no Museu de Cerâmica, do núcleo expositivo do acervo do Museu de Évora a ser apresentado na Igreja de Santa Clara, nesta cidade, durante o tempo que durarem as obras do museu, da exposição *Dois famílias e um palácio*, no Museu Nacional de Soares dos Reis, e das *Galerias da Amazônia*, que são uma parte das reservas visitáveis do Museu Nacional de Etnologia. As equipas dos museus, os arquitectos e designers responsáveis pela concepção e montagem destas exposições vão ser acompanhados por técnicos da ACAPO e da FENACERCI, numa colaboração que visa alargar a acessibilidade a estas exposições.

O mesmo se pode dizer relativamente à disponibilização de informação e de recursos na Internet. O combate à exclusão representa também o combate à info-exclusão, tarefa que o Instituto Português de Museus e os Museus tutelados abraçaram com a apresentação dos seus *websites* institucionais que cumprem as regras de acessibilidade a pessoas com deficiência, assim permitindo um contacto prévio à visita com informação sobre as colecções do museu e uma actualização constante desse conhecimento.

Em Dezembro de 1998, com a disponibilização pública do seu sítio institucional, o Instituto Português de Museus inaugurava a sua presença na Internet. Sendo uma área de trabalho relativamente recente, corresponde, no entanto a uma das suas linhas prioritárias de acção, inserindo-se numa estratégia de dotar o Instituto e os museus dependentes de um conjunto de instrumentos de comunicação que, por um lado, reforcem a sua integração nos circuitos profissionais e culturais e, por outro, promovam a criação e a fidelização de públicos. Em 2003 são já 12 os museus do IPM que dispõem de sítios autónomos. A definição de prioridades centrou-se nas questões de arquitectura - baseada num padrão de conteúdos, áreas de actuação e de funcionamento comum a todos os museus, espelhado no menu principal, presente em todas as páginas, de qualidade de informação e actualização dos *websites* de acordo com

o ritmo de renovação da programação dos museus. Foi igualmente prioritário promover a acessibilidade dos sítios ao mais lato público, tendo sido dada particular atenção às questões de acessibilidade a cidadãos com necessidades especiais, reconhecida e identificada pelo ícone respectivo na página de abertura dos sítios.



Fig. 1 - Instituto Português de Museus: página de abertura do sítio intitucional



Fig. 2 - Museu Nacional de Arqueologia: página de abertura do sítio institucional

De igual modo, se não podemos afirmar que todos os museus do IPM asseguram regular e permanentemente actividades que promovam a participação de todos os diferentes públicos atendendo às suas necessidades especiais, sem excepção, é de justiça referir algumas experiências interessantes desenvolvidas pelos Serviços de Educação dos museus, quer do ponto de vista da inovação e criatividade, quer das metodologias e resultados alcançados.

Relativamente ao público formado pelas pessoas com deficiência, há a assinalar vários exemplos. O Projecto *Arte Acess*, implementado em 1997 no Museu Nacional de Arte Antiga, no Museu Nacional dos Coches e no Museu de José Malhoa, resultou de uma parceria entre a ANACED (Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência), o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) e o IPM com o objectivo de promover as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência visual e auditiva a estes museus. No âmbito desse programa foram feitos vídeos em que a informação sobre o edifício e as colecções foram também fornecidas em língua gestual. Plantas dos museus em relevo e textos sobre a história do edifício e das colecções foram disponibilizadas em Braille, bem como em formato ampliado. Foi também elaborada a miniatura de um coche.

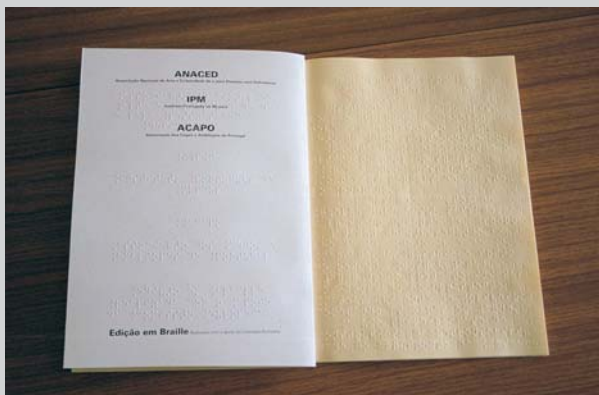


Fig. 3 - 4 - 5
Projecto *Arte Acess*: miniatura do coche,
vídeo com tradução em língua gestual,
página do roteiro em Braille

O Museu de Cerâmica, nas Caldas da Rainha, instalado na residência de Verão do Visconde de Sacavém, colecionador de cerâmica, dá continuidade à tradição do *Ateliê Cerâmico* que na época do Visconde existiu nos jardins da casa. Partindo do acervo do museu, a *Oficina de Cerâmica* realiza um trabalho continuado com as crianças portadoras de deficiência (sobretudo mental) que frequentam o Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, naquela cidade.



Fig. 6
Museu de Cerâmica
– Ateliê sobre *Património Caldense* (2002)

O Museu do Chiado, em Lisboa, criou em 1997, em parceria com o Instituto António Feliciano de Castilho, um percurso táctil na exposição permanente de *Escultura do século XIX e XX*, que pressupõe o manuseamento das peças com as luvas apropriadas, criando condições para uma visita de pessoas com deficiência visual. Está disponível uma planta táctil da sala, um catálogo em Braille e outro ampliado para amblíopes.



Fig. 7 - 8
Museu do Chiado – Visita táctil à exposição permanente
de *Escultura dos séculos XIX e XX* (1997)



O Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, desenvolveu em 2000 o projecto *Ver com as mãos*, dirigido a a pessoas com deficiência visual, do qual resultaram dois documentos actualmente disponíveis: um caderno escrito em Braille

sobre o museu e as suas colecções e um álbum de folhas de pano de linho bordadas com os principais motivos do bordado de Castelo Branco legendados também em Braille.



Fig. 9
Museu de Francisco
Tavares Proença Júnior
– álbum com
bordados para
Ver com as mãos
(2000)

O Museu da Música, em Lisboa, tem neste momento em preparação um audioguia e realiza regularmente visitas para pessoas com deficiência visual com acesso táctil a vários tipos de instrumentos das reservas do museu.

O Museu Nacional do Azulejo programou para o Dia Internacional dos Museus de 2000 uma actividade para cegos intitulada *Azulejos para os sentidos*. O programa integrava a participação

numa série de jogos - constituídos por painéis de azulejo em técnica de relevo, que formavam composições com motivos de padrões ou figurativos – em oficinas de manufactura de azulejos - que proporcionavam o contacto com diversos processos como amassar o barro, estendê-lo e colocá-lo em moldes, bem como decorar placas de barro cru com figuras criadas pelos participantes - e terminava com uma visita guiada ao museu, dando especial destaque aos painéis relevados. Este museu acolhe com frequência crianças e adultos com necessidades especiais para a realização de visitas orientadas à exposição permanente e promove ateliês de acordo com as características desses grupos.



Fig. 10 - 11
Museu Nacional do Azulejo
- *Azulejos para os sentidos* (2000)

O Museu Nacional de Soares dos Reis preparou em 1999 a exposição *As Belas-Artes e o Romantismo em Portugal* para ser acessível a pessoas com deficiência visual. Com a colaboração da ACAPO, ANACED e do Núcleo de Apoio a Cegos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foram elaborados materiais como uma planta táctil e gravado um percurso áudio com informação sobre a exposição e descrições das mais importantes peças. Durante esse percurso, assinalado por pausas musicais, era possível tocar com a protecção de luvas algumas das obras expostas.

O Museu Nacional do Traje apresenta desde 1995 uma pequena exposição táctil permanente intitulada *Pare, Escute e Toque*. Cinco manequins vestidos com traje de passeio em uso por volta de 1830 – o senhor, a senhora, o filho, a criada e o moço de tábua – estão colocados junto a uma carruagem de passeio que pertenceu ao 2º Duque de Palmela. A farda do moço tem as insígnias da Casa de Palmela, proprietária do palácio até à sua compra pelo Estado, em 1975. Durante a visita a esta exposição ouve-se música composta na época.

Se considerarmos as necessidades especiais de outro tipo de públicos como as minorias étnicas, os mais idosos, os reclusos, os toxicodependentes ou os jovens, há também algumas experiências dignas de registo.

O Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, gizou desde 2000 o programa *Museu à noite*, que decorre nos meses de Julho e Agosto, abrindo os claustros até à meia noite especialmente ao público jovem que frequenta as esplanadas do centro histórico da cidade. Aumentou o número de visitantes, atraídos certamente por esta experiência de carácter insólito que é acentuado pela contemporaneidade das obras de arte expostas naquele local.



Fig. 12
Museu de Alberto Sampaio
– *Museu à noite* - Exposição de José
de Guimarães (2001)

O Museu dos Biscainhos, em Braga, desenvolveu em 2002 o projecto *Animus* dirigido a toxicodependentes integrados em instituições de reabilitação e incluiu sessões de Yoga, Shi-kung e uma representação teatral por ocasião do Natal. Este projecto contou com o trabalho voluntário de uma psicóloga e dos monitores de Yoga e de Shi-kung.

O Museu de José Malhoa, nas Caldas da Rainha, levou a cabo entre 2002 e 2004 uma interessante experiência com reclusos do Estabelecimento Prisional de Alcoentre. Este projecto nasceu no âmbito do V Centenário do Hospital Termal das Caldas da



Fig. 13
Museu de José Malhoa
– *Auto de S. Martinho*,
Igreja de Nossa
Senhora do Pópulo
(2004)

Rainha, e teve como objectivo final a representação do *Auto de S. Martinho*, encomendado a Gil Vicente para a sua inauguração por D. Leonor, fundadora daquela instituição. A figura da Rainha serviu para estabelecer a ligação ao Pintor José Malhoa, que ofereceu ao museu a primeira peça da sua colecção – o *Retrato da Rainha D. Leonor* – e também à colecção naturalista do museu. Improvisadas oficinas de carpintaria e de pintura deram apoio ao Ateliê *de marionetas Bunraku* (técnica ancestral japonesa), onde foram sendo criadas as figuras do *Auto de S. Martinho*. Cada marioneta multicolor tem a estatura de uma figura humana, sendo manobrada em palco por três pessoas totalmente vestidas de preto. A peça foi representada na Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, que pertence ao Hospital Termal, em Fevereiro de 2004.

O Museu da Música, em Lisboa, iniciou em 2003 um programa de colaboração regular com o Hospital D. Estefânia, onde levou uma actividade pedagógica de sensibilização aos instrumentos musicais de uma orquestra baseada na obra de Prokofiev *Pedro e o Lobo*.

O Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, organizou em 1996 a exposição *Panos de Cabo Verde e Guiné Bissau* que foi pretexto para uma experiência de relacionamento com a comunidade migrante. Numa abordagem intercultural, a colecção têxtil apresentada desvendou uma História comum a Portugal, Cabo Verde e Guiné Bissau que vai do século XV até aos nossos dias, englobando o fim do colonialismo, o retorno de populações, a emigração dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, as transformações sociais e culturais recentes na sociedade portuguesa.

Um programa complementar de eventos atraiu um público diversificado constituído por grupos sociais e minorias étnicas que geralmente não visitam o museu.

Em encontros preparatórios com essas comunidades foram concebidas as actividades de apoio desenvolvidas durante a exposição: sessões de contos tradicionais cabo-verdianos, guineenses e portugueses que abordavam a temática dos panos, ateliê sobre actividades plásticas com utilização de estampagem de panos, carimbos, técnicas de plangi, etc., ateliê de tecelagem em tear de banda estreita com a presença de um tecelão do Centro Nacional de Artesanato do Mindelo, realização de um Encontro Nacional sobre Multiculturalismo, abertura do museu à apresentação de grupos de dança africana de Associações Culturais e Recreativas da Câmara Municipal de Loures.

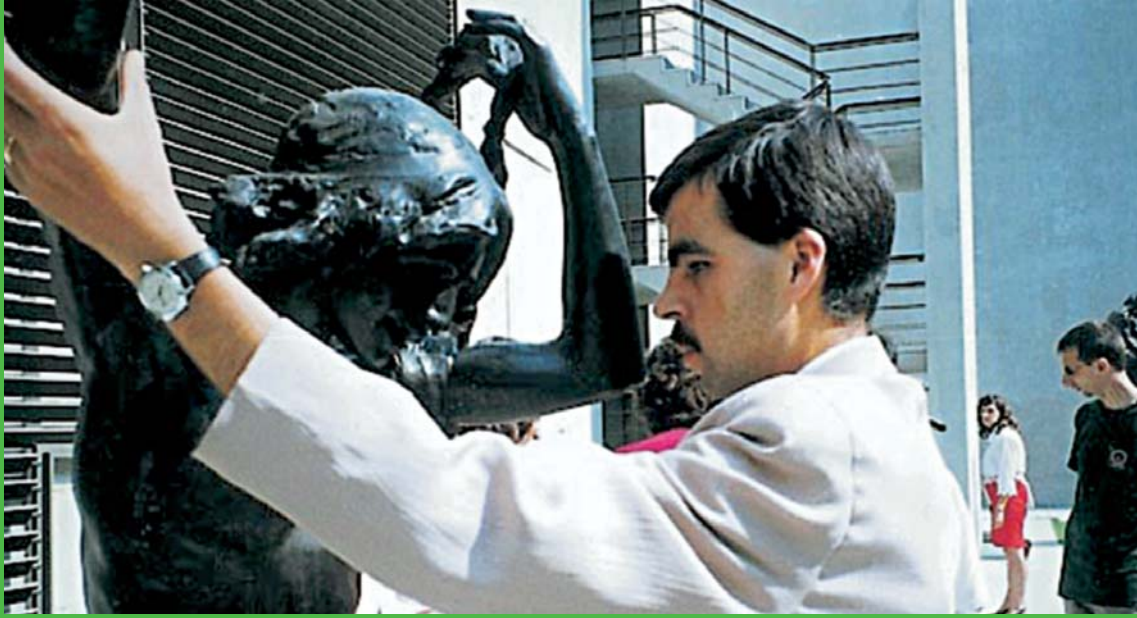


Fig. 14
Museu Nacional de Etnologia - *Panos de Cabo Verde e Guiné Bissau* - Danças tradicionais de São Tomé, pela Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, Loures (1997)

São, portanto, inúmeros os casos que revelam o interesse e vontade das equipas dos museus em tornar os museus acessíveis a todos. Este manual é mais um instrumento que passam a ter à sua disposição para atingir esse objectivo.

DIRECÇÃO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS

1. Cf. XIII – Anexos – Acessibilidade arquitectónica dos Museus do IPM.



■ A ideia de escrever este manual surgiu no contexto de *O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência* que em 2003 se assinalou por decisão do Conselho da União Europeia. Teve o objectivo de combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades, procurando contribuir eficazmente para uma mudança de atitudes da sociedade face às reais potencialidades das pessoas com deficiência para participar na actividade económica, social e cultural.

Corroborando este ponto de vista, as Normas sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência das Nações Unidas apelam a que os governos disponibilizem todos os serviços aos diferentes grupos de pessoas com deficiência, tornando os locais públicos facilmente acessíveis a qualquer cidadão.

Também a legislação nacional, designadamente a Lei nº 9/89, de 2 de Maio, o D. L. nº 123/97, de 22 de Maio e as Resoluções do Conselho de Ministros nº 96 e 97/99 de 26 de Agosto e nº 110/03 de 12 de Agosto, estabelecem orientações precisas relativamente à plena integração e participação dos cidadãos com necessidades especiais em todos os campos da vida económica, social e cultural.

Por outro lado, o objectivo de melhorar a acessibilidade aos museus tem sido considerado fundamental para o seu próprio crescimento e desenvolvimento. Neste âmbito inclui-se não apenas a acessibilidade do espaço, de circulação e de exposição, mas também das colecções, dos programas e das actividades promovidas pelos museus. O grau de sucesso do museu e de significado de uma visita para o público depende, em grande medida, da forma como o museu perspectiva e actualiza o acesso físico e intelectual dos seus públicos.

No espaço geográfico correspondente à Europa, onde se estima que vivam 800 milhões de pessoas, há cerca de 100 milhões de pessoas idosas e 50 milhões de pessoas com alguma deficiência (incluem-se neste número as pessoas idosas com deficiência). Segundo o EUROSTAT, só na União Europeia existem 77 milhões de pessoas idosas e 43 milhões de pessoas com deficiência. Com o envelhecimento da população, estima-se que em 2003, na Europa, o número de pessoas com deficiência seja de 136 milhões.¹

Relativamente a Portugal, os últimos dados recolhidos dão-nos os seguintes números:

Pessoas com deficiência em Portugal

	Números totais	% da população
População portuguesa	10.355.824	100 %
Pessoas com deficiência	634.408	6,12 %
Deficiência auditiva	84.156	0,81 %
Deficiência visual	163.515	1,57 %
Deficiência motora	156.364	1,50 %
Deficiência mental	71.056	0,68 %
Paralisia cerebral	14.977	0,14 %
Outras deficiências	144.340	1,39 %

(Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística com base no Censo de 2001)

Os primeiros contactos no sentido de preparar uma plataforma alargada para a necessidade de sensibilização e formação dos dirigentes dos museus e das suas equipas relativamente à acessibilidade a cidadãos com necessidades especiais foram feitos junto do IPM pela FENACERCI e pela ACAPO. A partir desta primeira abordagem a colaboração alargou-se a outras instituições, que se associaram através de um acordo de colaboração para concretizar o Projecto Museus e Acessibilidade. A redacção do manual de boas práticas constituiu o ponto de partida do projecto, que passou também pela formação das equipas dos museus e pelo acompanhamento dos Planos de Actividades Integradas que os museus vierem a pôr em prática.

Para a preparação deste manual foi-nos essencial o trabalho já desenvolvido no mesmo âmbito por instituições congéneres como a *Diréction des Musées de France (Des musées pour tous: Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées, Paris, 1997)* ou a Resource, The Council for Museums, Archives and Libraries (através das publicações disponibilizadas no seu sítio - www.resource.gov.uk), ou ainda o trabalho publicado por The National Museums of Scotland (*Designing Exhibitions to Include People with Disabilities – A Practical Guide*, de Gail Nolan, Edimburgo, 1997).

A estrutura do livro foi definida em conjunto por todos os parceiros do protocolo atrás referido, que se ocuparam da redacção dos conteúdos relativos a cada ponto, de acordo com a sua perspectiva. Ao IPM coube procurar assegurar a discussão, a coerência e a unidade dos contributos de todas as partes.

Uma primeira versão deste manual foi avaliada e testada no âmbito de um seminário sobre esta temática promovido pelo IPM em conjunto com a ACAPO e a FENACERCI para os dirigentes e técnicos dos museus tutelados. A versão definitiva agora publicada foi, assim, enriquecida com os contributos críticos dessas importantes sessões de trabalho, os quais foram aqui incorporados.

São objectivos deste manual abolir as barreiras impostas às pessoas com deficiência e incluir as pessoas com necessidades especiais no centro das políticas e estratégias que ampliem a acessibilidade em museus.

Pretendemos que este manual se destine a colmatar a falta de informação e a apoiar os profissionais dos museus – directores, conservadores, técnicos dos serviços educativos – e todos os que com eles colaboram – arquitectos, designers e muitos outros – no cumprimento desses objectivos, tornando os museus mais acessíveis a todos.

Acessibilidade é aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitectónicos – acessibilidade do espaço – mas vai muito para além deles, uma vez que toca outras componentes determinantes, que concernem aspectos intelectuais e emocionais, acessibilidade da informação e do acervo. As boas práticas que aqui recomendamos assentam em grande parte na experiência que nos levou a constatar que uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objectos expostos num ambiente confortável.

Para além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida. Todos, sem excluir ninguém: os que têm uma visão arguta mas também quem já tem cataratas ou é cego, os de ouvido apurado e aqueles cujo ouvido foi endurecendo com o passar dos anos ou que nunca ouviram, os altos e os baixos, os magros e os obesos, as crianças e os idosos, os que são ágeis e também os que se movem com o auxílio de canadianas ou em cadeira de rodas, os muito inteligentes, os distraídos, os que têm dificuldades de aprendizagem ou problemas de cognição. Todos os que têm uma deficiência, mas também as pessoas ditas “normais” que mais logo, amanhã ou depois podem vir a ter necessidades especiais.

Reconhecemos que será difícil pôr em prática, de imediato, todas as recomendações que aqui fazemos. Muitos dos nossos museus estão instalados em edifícios com valor patrimonial que não foram construídos para esse fim, colocando elevado grau de

exigência para encontrar soluções que eliminem as barreiras arquitectónicas. No entanto, esta preocupação não deve ser esquecida no futuro quando o museu for objecto de remodelação. O bom senso deverá ser a linha guia para a resolução dos problemas concretos e a definição de prioridades. As orientações que aqui são fornecidas não podem ser encaradas como obrigações à partida impossíveis de pôr em prática, ou obstáculos ao processo criativo que constitui a montagem de uma exposição. São antes uma chamada de atenção para aspectos que, esperamos, levarão à mudança das mentalidades e das atitudes dos profissionais. Uma maneira diferente de encarar estes assuntos com maior sensibilização às necessidades especiais, contribuirá para que sejam projectadas exposições e actividades numa perspectiva mais inclusiva desde o início, o que não implica necessariamente custos acrescidos. Mas pressupõe um trabalho conjunto sistemático, dialogante e construtivo entre todas as partes implicadas: os profissionais dos museus, os arquitectos e designers e também os representantes das pessoas com necessidades especiais. É esta a única forma de assegurar que as iniciativas que propomos correspondem aos seus anseios e capacidades e de concretizar a ideia do museu para todos.

Desse diálogo crescerão os museus onde todos se sentirão melhor, onde a ausência de barreiras físicas, sensoriais ou intelectuais constituirá seguramente um benefício para todos.

1. Dados recolhidos na nota introdutória da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2003, de 12 de Agosto, relativa ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.



Atitudes perante
as necessidades
especiais

■ Exclusão = Marginalização da diferença

Muitas vezes as pessoas com deficiência sentem-se marginalizadas e impossibilitadas de exercer plenamente os seus direitos e deveres.

Há várias razões para que sejam ainda hoje das mais excluídas na nossa sociedade. Esta exclusão não será certamente intencional: resulta da falta de conhecimento ou do esquecimento por parte de quem concebe espaços, equipamentos ou dinamiza serviços. Ou então do receio de não se saber lidar com a diferença. Outras vezes o trabalho com pessoas com necessidades especiais é evitado por ser considerado mais desgastante do que com outro público-alvo.

As atitudes pré-concebidas face à pessoa com deficiência podem criar situações de discriminação, expressas muitas vezes por comportamentos de super-protecção ou de rejeição, tanto por parte dos técnicos dos museus como do público em geral. Os profissionais dos museus precisam por isso, de formação específica para poder efectuar um acompanhamento adequado às pessoas com necessidades especiais, assegurando a sua dignidade e o respeito pela diferença. As pessoas com deficiência podem ter formas diferentes de se comportar e de falar, mas isso não constitui um comportamento de risco. É preciso procurar ouvir atentamente o que dizem e evitar juízos de valor.

As pessoas com deficiência não querem ser vistas nem como vítimas nem como heróis. Querem ser ouvidas e contribuir utilmente para a sociedade em que todos vivemos, querem exercer os seus direitos plenamente e não de forma parcial. As associações que as representam integram movimentos dos direitos humanos que promovem a igualdade de oportunidades, uma vez que essas pessoas enfrentam muitas das barreiras com que se depara quem luta contra a discriminação com base na raça, no sexo ou nas opções sexuais.

Infelizmente, para alguns as pessoas com deficiência são tão diferentes que não têm direito a emoções e opiniões. Não são chamadas a participar nas decisões que afectam as suas vidas nem as suas opiniões são solicitadas quando um evento é concebido para o público em geral. Mas não se pode assumir que alguém porque tem dificuldades motoras, de expressão ou de compreensão da linguagem oral ou escrita não pode participar plenamente.

Por isso, colocar uma rampa na porta do museu para vencer declives não basta. É necessário proporcionar o acesso de todo o museu às pessoas com deficiência para lhes garantir a fruição e oferecer-lhes a possibilidade de terem as mesmas oportunidades que uma pessoa dita normal. E é preciso não esquecer que mesmo que não sejamos pessoas com deficiência permanente, é previsível que todos nós tenhamos incapacidades em dado momento nas nossas vidas, particularmente no caso de uma população que está a envelhecer como a da sociedade ocidental.

■ Inclusão = Respeito pela diversidade

A variedade dos seres humanos é enorme. A sua estatura, cor de pele, dos olhos e do cabelo, as suas capacidades e a maneira como utilizam os seus sentidos são tantas quantos cada um de nós. As pessoas com necessidades especiais são simplesmente mais um exemplo desta diversidade.


Muitas pessoas com deficiência têm dela uma perspectiva positiva: não é uma doença que precisa de ser tratada, é algo que faz parte da sua identidade. Querem que o seu direito de ser “diferente” seja respeitado. O seu drama não é a deficiência em si própria, mas a falta de compreensão por parte dos outros, que centram a sua atenção sobre a deficiência e não sobre a pessoa, o que os leva a atitudes de discriminação. É importante ajudar a construir uma imagem positiva das pessoas com deficiência. São indivíduos que, nos seus sentimentos e necessidades, têm mais pontos em comum com os demais do que diferenças e que podem desenvolver competências e participar na vida da comunidade desde que beneficiem dos apoios necessários.

É claro que não se pretende negar a existência de incapacidades, que afectam tanto as pessoas com deficiência como todas as outras, num momento ou noutra das suas vidas. A questão é que o problema deve ser focalizado não nas necessidades especiais que a pessoa tem, mas sim no meio físico ou social em que ela vive. Por exemplo, se uma pessoa numa cadeira de rodas não consegue entrar num edifício, o problema não está na deficiência que levou a pessoa à cadeira, mas sim na largura da porta ou nos degraus no átrio.

É preciso, portanto, adaptar o meio em que vivemos para dar as mesmas oportunidades a todos. Nessa perspectiva, os espaços e equipamentos para uso público devem estar sempre disponíveis, independentemente dos dias da semana ou da presença de um determinado funcionário. No caso específico dos museus, as pessoas com deficiência devem poder efectuar a sua visita sozinhas sem necessidade de marcação prévia e não depender de grupos especialmente organizados. O visitante deve-se sentir bem-vindo em qualquer altura, e não estar sujeito a um serviço que lhe é disponibilizado extraordinariamente. Se é normal fornecer o guia do museu em línguas estrangeiras, uma versão em Braille ou em “linguagem fácil” deve ser encarada da mesma maneira.

Uma abordagem multi-sensorial do museu evita a exclusão. Usando informação escrita e oral com diversos níveis de complexidade e empregando meios de comunicação visuais, orais, tácteis e interactivos, o museu cumprirá melhor a sua missão, comunicando mais eficazmente com mais pessoas.

Esta abordagem não implica a banalização nem a perda de qualidade da informação. Pelo contrário, permite reflectir sobre os objectivos estabelecidos, avaliar a eficácia do trabalho realizado, atingir um público mais vasto, enriquecer as exposições e descobrir mais valias no seu acervo. O Museu Britânico, por exemplo, descobriu um novo elemento num friso do Parténon quando estava a elaborar umas reproduções tácteis para invisuais. O Smithsonian



publicou um guia para pessoas com dificuldades de aprendizagem pensando que ia servir um pequeno número de visitantes, mas verificou que esse guia se tornou muito útil para as famílias e para pessoas para quem o inglês não é a língua materna.

Todos os funcionários do museu devem ser sensibilizados para a diversidade e para a diferença dentro da sociedade em geral e, em particular, dentro da comunidade das pessoas com deficiência. Os decisores, os que dirigem e programam, os que concebem e planeiam as exposições, os guardas e os recepcionistas, toda a equipa do museu, enfim, deve receber formação sobre a maneira de encarar a acessibilidade. E quem desempenha funções junto do público deve conhecer bem as condições de acessibilidade do espaço, do equipamento, dos serviços e de cada nova exposição.



Diagnóstico
das necessidades
especiais

■ Como fazer o diagnóstico

Para assegurar que as iniciativas do museu vão de facto ao encontro das necessidades e interesses dos diferentes grupos alvo e estão adequadas às suas capacidades, é essencial que as pessoas com necessidades especiais participem activamente na sua estruturação. Esta é a única maneira de assegurar que a iniciativa vai corresponder às suas necessidades e capacidades.

Por isso, parcerias formais e informais com as pessoas com deficiência e os seus representantes são úteis para identificar necessidades e ouvir sugestões. Estas pessoas terão de aceitar que algumas situações são complexas e difíceis de resolver, mas por outro lado a equipa do museu vai perceber que algumas dificuldades não são difíceis de contornar. Se os pedidos das pessoas com deficiência parecerem contraditórios, o museu pode sugerir que sejam elas a propor a forma de resolver as contradições.

Em todos os casos o factor tempo é essencial: deve ser sempre facultado o tempo suficiente para que as propostas sejam efectivamente compreendidas antes de se discutirem os assuntos de modo a assegurar que as pessoas com deficiência e os técnicos especializados e mediadores no processo de consulta e discussão compreenderam o seu conteúdo, para esclarecer alguns aspectos mais confusos, levantar questões adicionais e recolher outras informações necessárias que tenham a ver com o assunto.

O diagnóstico das necessidades deve ser planeado sistematicamente e pode ser implementado de várias maneiras:

Consultar os interessados

Visitar diferentes serviços (escolas, centros de apoio, unidades residenciais, etc.) é uma boa maneira de recolher informação sobre as pessoas com deficiência, suas áreas de interesse e condicionantes que as suas necessidades especiais implicam.

Identificar os recursos disponíveis

Elencar os recursos existentes na comunidade ajuda a ter melhor consciência dos meios que estão à nossa disposição para criar redes de apoio a nível da dinamização cultural. Poderá efectuar-se um levantamento das associações de pessoas com deficiência, centros de recursos educativos e culturais existentes na área geográfica do museu, os quais poderão colaborar tanto na estruturação como na implementação das actividades para pessoas com necessidades especiais.

Implicar todos os intervenientes

Efectuar reuniões com os diversos intervenientes no processo (políticos, autarcas, pessoas com necessidades especiais e suas famílias, profissionais de educação e saúde, etc.) é positivo, porque a partilha de ideias leva a uma maior sensibilização e predisposição para colaborar nas iniciativas do museu.

A realização de actividades em parceria com os diferentes agentes sociais gera uma participação activa da comunidade, nomeadamente através da realização de iniciativas conjuntas com, por exemplo, os Conselhos Municipais de Educação onde estão representados todos os organismos da comunidade educativa (escolas, instituições particulares de solidariedade social, associações de pais).

Testar previamente as actividades

É útil convidar pessoas com deficiência a visitar previamente uma exposição. Antes da abertura ao público, as actividades propostas e os materiais elaborados devem ser testadas com a sua colaboração, o que permitirá adequar melhor alguns aspectos.

■ Obstáculos à acessibilidade

Os obstáculos são variados. A altura de uma vitrina ou de um suporte expositivo pode impedir uma pessoa de baixa estatura, uma criança ou uma pessoa sentada numa cadeira de rodas de ver a peça ali exposta. Além das barreiras físicas existem as barreiras relativas à informação, que impedem os visitantes com problemas de visão ou com dificuldade em entender a mensagem escrita de usufruir plenamente da exposição. Mas por vezes a maior barreira é invisível: a atitude das pessoas sem deficiência. Os obstáculos à acessibilidade, que vão muito além de escadas e casas de banho não adaptadas, devem ser identificados e eliminados.

Físicos

Os obstáculos físicos surgem porque o espaço foi idealizado e desenhado de uma forma padronizada. Mas a realidade humana é muito mais variada. As pessoas têm estaturas e capacidades diferentes, bem como diversos graus de mobilidade física. Para além disso, os obstáculos afectam toda a gente num ou noutro momento da sua vida: as escadas também representam um obstáculo tanto para crianças pequenas como para pessoas idosas.

Os potenciais obstáculos físicos são inúmeros. Podem começar no parque de estacionamento (falta de espaço para sair do carro) e prosseguir na entrada do museu (porta estreita ou degraus). Estão relacionados com a circulação vertical (falta de alternativa às escadas) e horizontal (pouca largura dos corredores ou portas e espaço curto para manobras) e com o dimensionamento dos equipamentos (a altura a que os objectos são expostos, o tamanho das mesas e cadeiras ou a altura dos balcões pouco adequados).

A melhor maneira de identificar estes obstáculos é tentar fazer diversos percursos dentro do museu na companhia de pessoas com mobilidade reduzida, para detectar não só os obstáculos mas também os melhores locais para fazer uma pausa e descansar.

Sensoriais

Se uma exposição não for concebida a pensar nas pessoas com problemas auditivos e visuais, alguns visitantes não terão acesso à informação. Por isso é essencial fornecer-lha em diversos formatos e transmitir o conhecimento aproveitando todos os sentidos. Estas opções, essenciais para alguns, serão aproveitadas por todos porque a comunicação pode estabelecer-se de forma mais completa e enriquecedora: as pessoas passam a escolher entre ler e ouvir a informação, entre simplesmente ver ou ver e tocar um objecto.

A incapacidade de ouvir ou ver implica que, como regra geral, o visitante precise de uma visita mais longa para conhecer o acervo. As necessidades especiais auditivas implicam mais tempo para captar informação na língua gestual do que na língua oral. Por outro lado, as necessidades especiais visuais tornam mais difícil a orientação dentro do museu e podem transformar um momento de lazer numa tarefa árdua. As pessoas com problemas de visão terão dificuldades em localizar as obras expostas, a informação correspondente, os funcionários do museu, os diversos serviços e a saída, se não se tiver em consideração todos os tipos de público na preparação das exposições.

Intelectuais

A acessibilidade deve ser considerada não só do ponto de vista do acesso físico aos espaços, mas também ao nível da percepção e da compreensão das obras e dos objectos expostos. Por vezes, os textos informativos empregam uma linguagem especializada e complexa, partindo do princípio que o visitante dispõe dos conhecimentos ou capacidades necessários para os interpretar.

No caso das pessoas com deficiência mental, os obstáculos poderão situar-se a três níveis:

- Em primeiro lugar, a orientação no espaço.
A sinalização é por vezes inexistente, inadequada ou muito estilizada. Isto cria dificuldades em seguir as indicações do percurso da exposição e em identificar os diferentes serviços como a loja, o bar, os sanitários ou a saída. Por isso estas pessoas podem perder-se, sentir-se inseguras, depender da ajuda de outra pessoa ou ter eventualmente comportamentos inadequados.
- Outro obstáculo pode situar-se ao nível da percepção sensorial.
A existência de muitos estímulos em simultâneo cria dificuldades na descodificação da informação quer a nível visual quer auditivo, e causa problemas de atenção e concentração. Sempre que possível deve ser evitada.
- Finalmente, no que toca à organização conceptual, a linguagem usada, tanto escrita como oral, é geralmente muito técnica, o que dificulta a compreensão dos conteúdos.
Uma hierarquia de dois ou três níveis de informação permitirá aos visitantes interpretar a colecção conforme os seus interesses, conhecimentos e capacidades.

Existem ainda outro tipo de obstáculos que não estão directamente relacionados com as necessidades especiais, mas que lhe podem estar associados. A saber:

Emocionais

Um museu deve ser um local onde todos visitantes se sentem bem-vindos. Um ambiente acolhedor é criado pela arquitectura, iluminação, sinalética, acessibilidade do acervo e atitude dos funcionários que acolhem os visitantes.

Culturais

Corremos sempre o risco de apresentar um assunto apenas da nossa perspectiva, ignorando outras visões. A nossa abordagem pode afastar alguns visitantes e inclusivamente insultar outros. O acervo do museu também pode não reflectir o leque de opiniões sobre determinado assunto, pelo que se deverá procurar complementar a informação através de exposições temporárias.

Também é possível que um museu crie exposições inclusivas, mas que a sua divulgação não chegue a algumas populações e que a diversidade humana subjacente à exposição não seja reflectida nos visitantes.

Financeiros

Ainda que se possa pensar que o preço do bilhete poderá constituir uma barreira, o acesso à Cultura tem vindo a democratizar-se, existindo diversos sistemas de incentivos que abrangem grande parte da população, designadamente, a oferta de vários níveis de reduções nas taxas de ingresso e, na maior parte dos museus, a reserva semanal de um dia para entrada gratuita de todos os visitantes.



Acessibilidade
do espaço

O Decreto-Lei 123 / 97 define as normas a seguir nas construções para as dotar de acessibilidade plena. Muitas vezes os edifícios em que os museus se encontram instalados são edifícios com um valor histórico e patrimonial, o que pode dificultar o cumprimento da lei, porque os programas de reconversão podem ser muito onerosos ou potencialmente destrutivos do carácter histórico ou da autenticidade dos edifícios. De qualquer modo, enumerar algumas das barreiras que impedem a acessibilidade do espaço pode ajudar a encontrar soluções.

■ Espaço exterior

Transportes

Um obstáculo físico pode ser a localização do museu se este estiver fora do alcance dos transportes públicos. Neste caso deverá considerar-se a possibilidade de fornecer ou facilitar os transportes ou negociar com empresas do ramo.

Estacionamento

Devem ser reservados, no mínimo, dois lugares para veículos em que um dos ocupantes seja uma pessoa com necessidades especiais. Num parque de estacionamento de 25 a 100 lugares deverão ser reservados 3 lugares.

Os lugares reservados são demarcados a amarelo sobre a superfície do pavimento e assinalados com uma placa indicativa de acessibilidade (símbolo internacional).



Fig. 15 - Símbolo Internacional de Acessibilidade

As dimensões, em planta, de cada um dos espaços a reservar, devem ser, no mínimo de 550 cm x 350 cm.

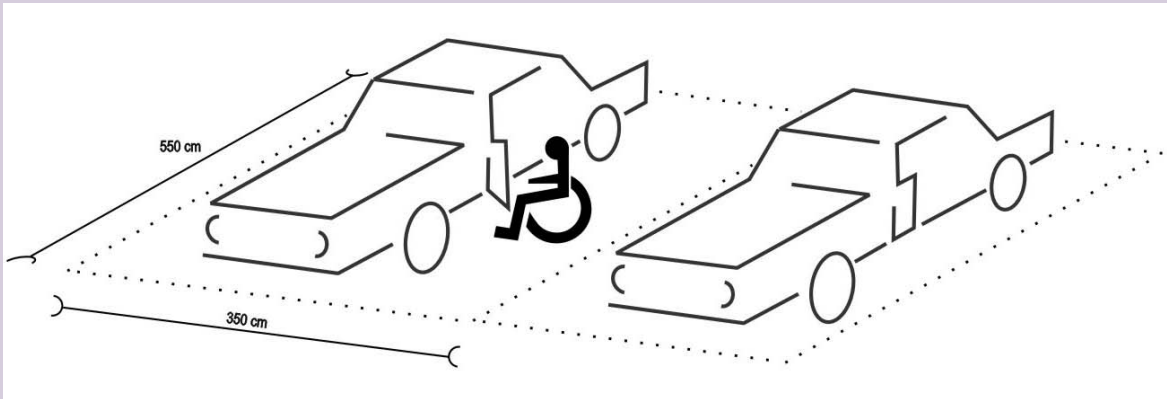


Fig. 16 - Estacionamento com acessibilidade

Para carrinhas e autocarros, deve ser reservado um lugar de paragem para carga e descarga de cadeiras de rodas, com reentrância e identificado com o símbolo internacional de acessibilidade.

Todos os lugares reservados devem ficar o mais perto possível da porta de entrada do museu, e ao lado uns dos outros.

Passeios e vias de acesso

É importante que o percurso entre o estacionamento e a entrada do museu seja acessível. Por vezes o tamanho do lugar reservado é suficiente para a pessoa com cadeira de rodas sair do seu carro, mas depois não consegue subir o lancil do passeio e chegar até ao museu.

A largura mínima livre do passeio deve ser de 120 cm. Os lancis devem ser rebaixados a toda a largura da passagem para peões, pelo menos até 2 cm da superfície da mesma, por forma a que a superfície do passeio que lhe fica adjacente proporcione uma inclinação suave. A inclinação máxima, no sentido longitudinal, dos passeios e vias de acesso é de 6%, no sentido transversal de 2% e a largura mínima de 225 cm.

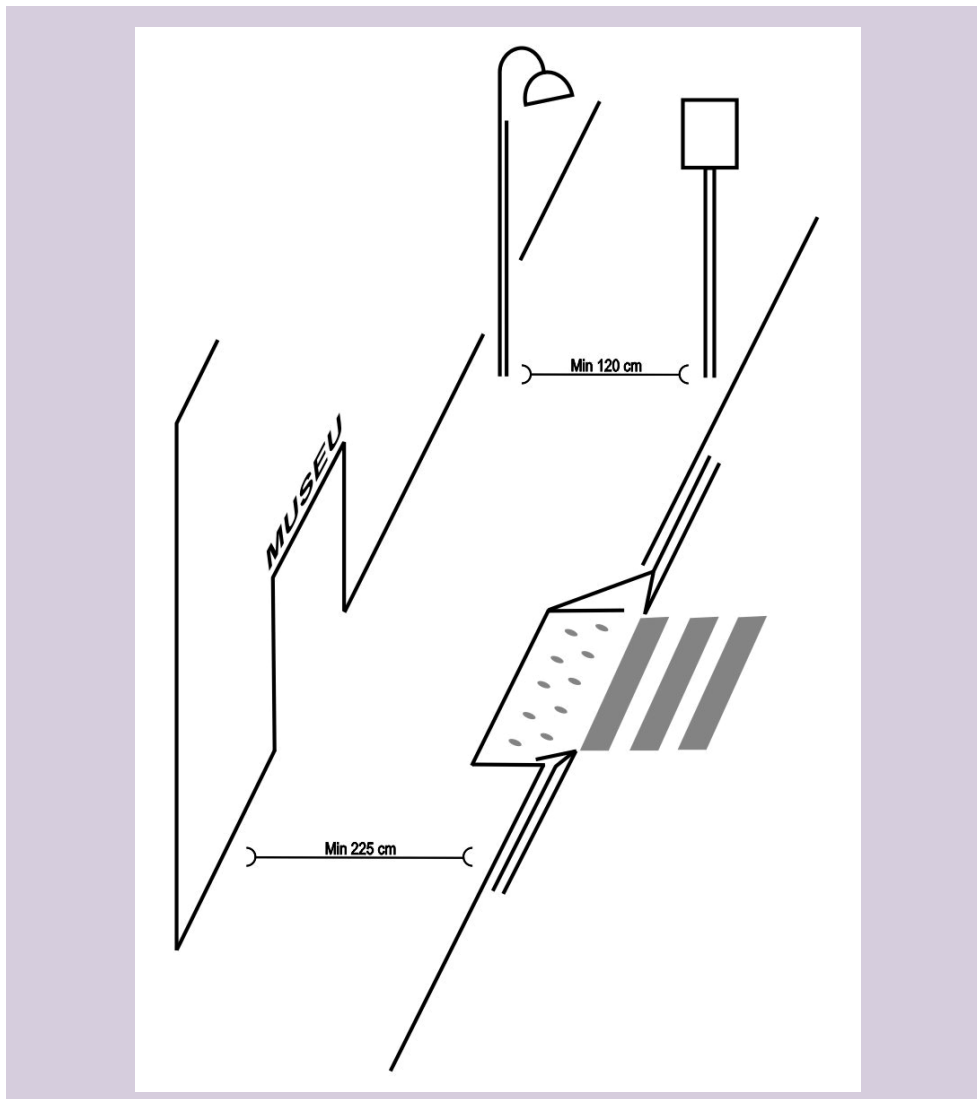


Fig. 17
Passeios e vias
de acesso
com acessibilidade

Os pavimentos dos passeios e vias de acesso devem ser compactos e as suas superfícies revestidas de material cuja textura proporcione uma boa aderência, como por exemplo, alcatrão.

As grelhas das tampas dos esgotos de águas pluviais podem ser perigosas para quem usa uma cadeira de rodas. A abertura não deve exceder 2 cm de lado ou de diâmetro.

O espaço mínimo entre os postes de suporte dos sistemas de sinalização vertical é de 120 cm no sentido da largura do passeio ou via de acesso. As raquetes publicitárias, as cabines telefônicas, os postes de sinalização rodoviária vertical ou outro tipo de mobiliário urbano não deverão condicionar a largura mínima livre do passeio.

■ Espaço interior

Portas e corredores

O átrio de entrada deve estar livre de degraus ou de desníveis acentuados.

As portas que melhor permitem a circulação do público são simples vãos na parede, com uma cortina de ar quando é necessário controlar a temperatura. Vêm depois as portas

automáticas de correr, dado que não precisam de ser manipuladas, não ocupam espaço no corredor e eliminam o risco de a porta bater contra alguém. Portas de vidro devem ser assinaladas com um forte contraste cromático ao nível dos olhos e do chão. Portas de batente devem ter puxadores em forma de alavanca e não maçaneta. As fechaduras e os manípulos das portas (estes devem ser de muleta), devem situar-se a uma altura de 90 cm.

A largura útil mínima dos vãos das portas de entrada é de 90 cm, devendo evitar-se a utilização de portas giratórias, salvo se houver ao lado uma entrada com portas acessíveis.

Os vestíbulos e corredores devem ter uma dimensão que permita a manobra de retorno às pessoas em cadeiras de rodas. Nos vestíbulos deve ser possível a inscrição de uma circunferência com 120 cm de diâmetro e nos corredores de 150 cm.

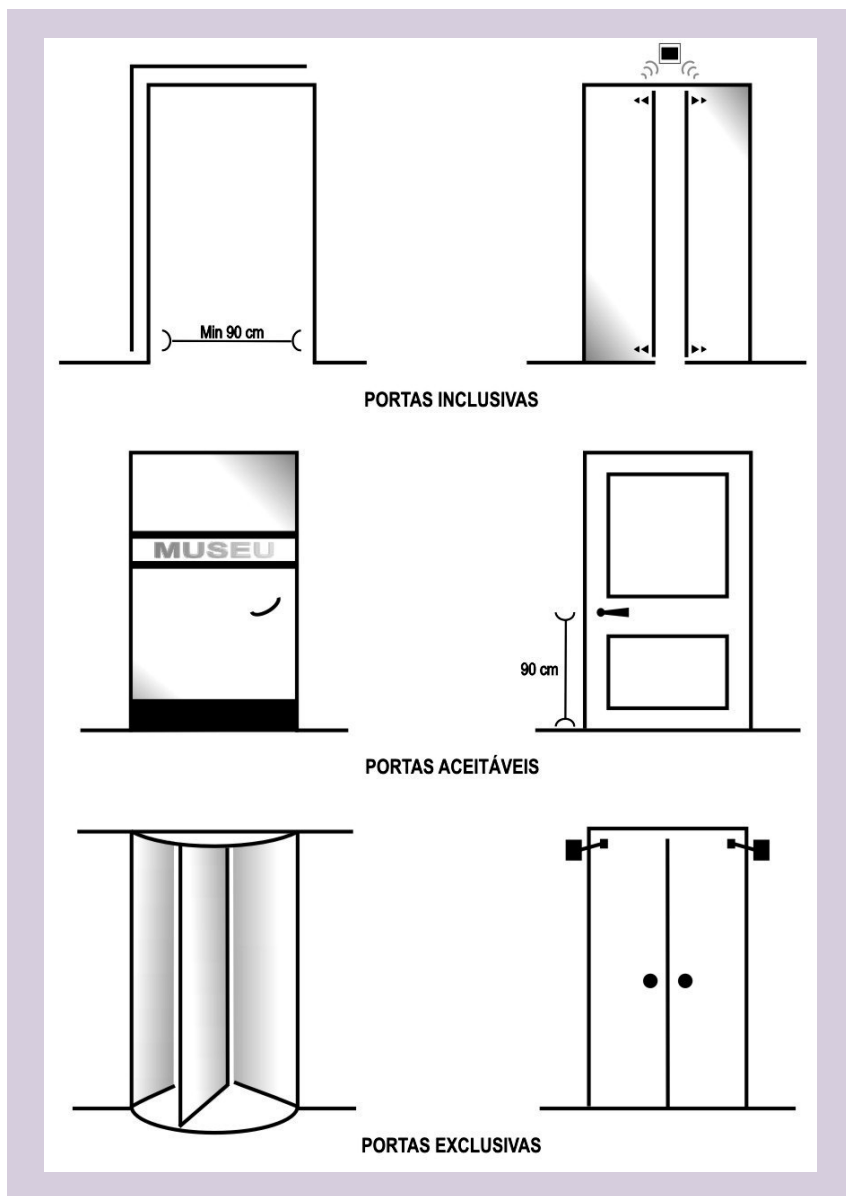


Fig. 18 - Portas com e sem acessibilidade

Escadas

Quando nas passagens desniveladas houver também recurso a escadas, estas devem ter a largura mínima de 150 cm, estar equipadas com guardas dos lados exteriores e corrimãos de ambos os lados a 85 cm ou 90 cm de altura. Estes devem permitir uma boa preensão das mãos, ser preferencialmente de madeira e ter 4 cm de espessura de diâmetro.

No início das escadas, o material a usar no revestimento do pavimento deve ser de textura diferente da do pavimento que as antecede.

Os focinhos dos degraus devem ser assinalados com um contraste cromático com uma largura de 5 cm em cada face. Este contraste pode ser obtido simplesmente com tinta ou com a colagem de um material anti-derrapante. Os degraus devem ter focinho boleado. A altura máxima do espelho é de 16 cm. O piso dos degraus deverá proporcionar uma boa aderência.

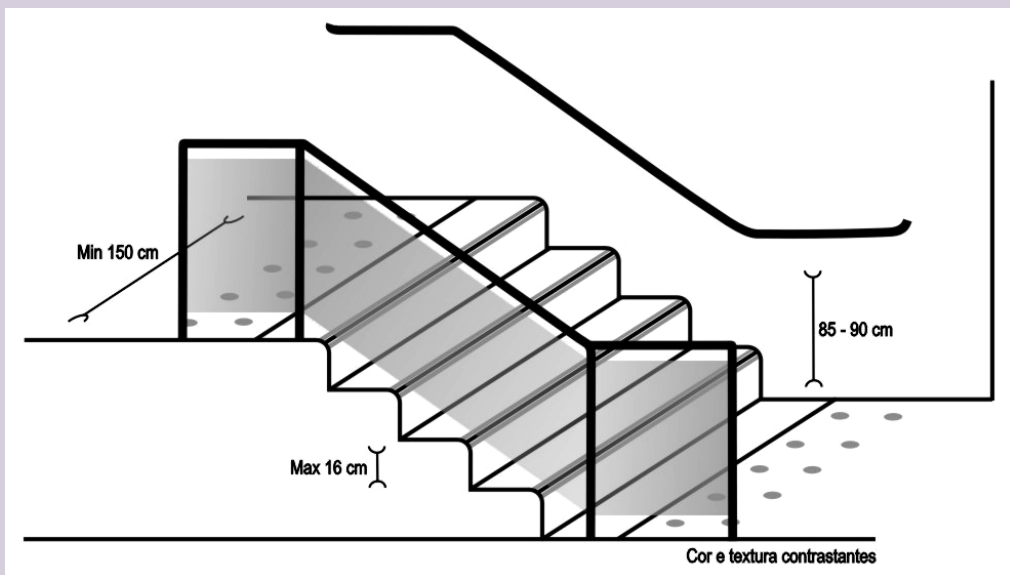


Fig. 19
Escadas com acessibilidade

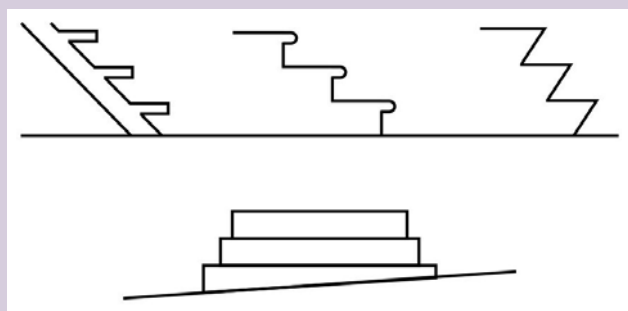


Fig. 20
Tipos de degraus sem acessibilidade

Como último recurso, se um andar não for acessível a um visitante em cadeira de rodas, poderá produzir-se um vídeo para mostrar o que está nesse andar.

Desníveis e rampas

O espaço da exposição não deverá ter qualquer desnível. A eliminação de degraus traz vantagens não só para os visitantes mas também para os funcionários que transportam objectos e equipamento dentro do museu.

Qualquer desnível com mais de 2 cm de altura deverá ser rampeado ou rebaixado. A inclinação não deve ultrapassar 6% e a inclinação transversal não deve ultrapassar 2%. A extensão máxima de um só lanço é de 6 m. A cada lanço seguir-se-á uma plataforma de nível para descanso com a mesma largura da rampa e um comprimento de 150 cm.

A largura mínima das rampas é de 150 cm, devendo ambos os lados ser ladeados por cortinas com duplo corrimão, um a 90 cm e outro a 75 cm, respectivamente, da superfície das rampas. Os corrimãos devem prolongar-se em 1 metro para além da rampa, sendo as extremidades arredondadas.

Os pavimentos das rampas devem, pelo seu lado de fora, ser igualmente ladeados por uma protecção com 5 cm a 10 cm de altura, ao longo de toda extensão.

A textura dos revestimentos das superfícies dos pisos das rampas deverá ser de material que proporcione uma boa aderência e com diferenciação de textura e cor amarela no início e no fim das rampas.

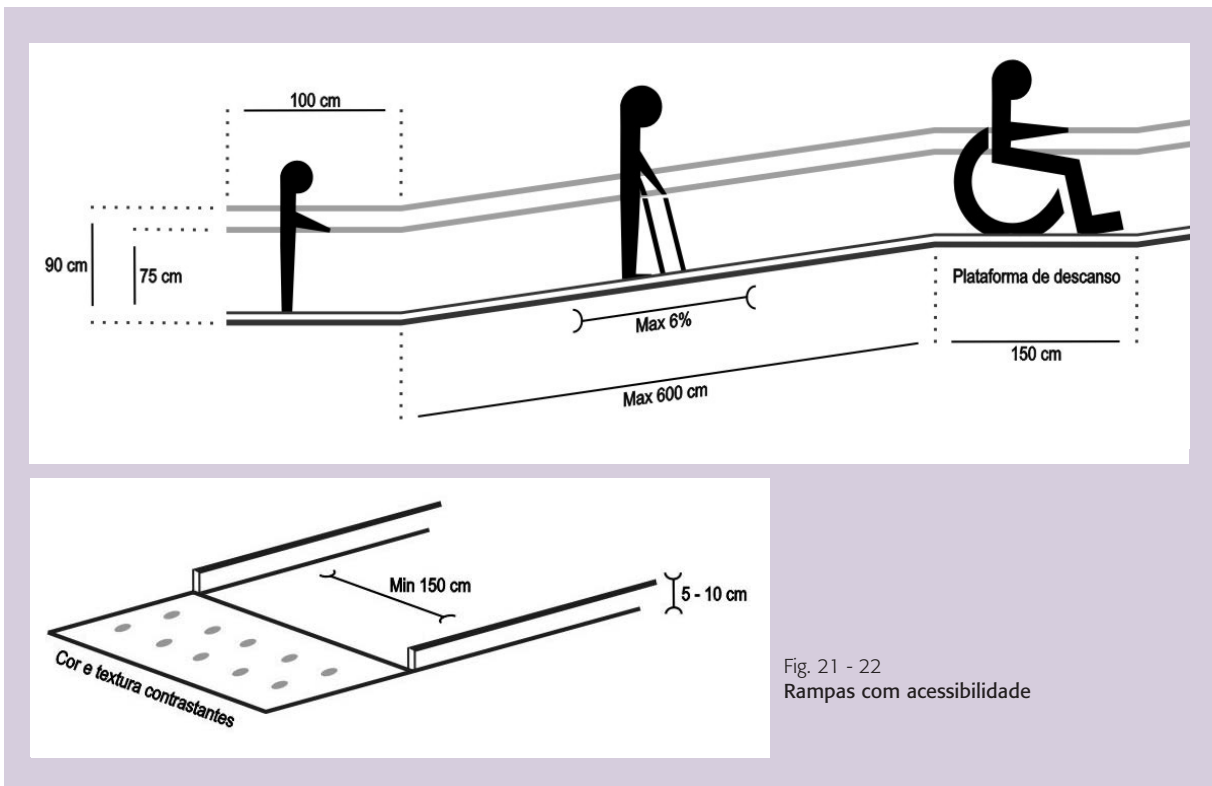


Fig. 21 - 22
Rampas com acessibilidade

Poderão prever-se também dispositivos mecânicos para vencer o desnível (elevadores, plataformas elevatórias ou outro equipamento adequado). Os botões de comando devem ser colocados a 90 cm de altura.

Elevadores

Se não existir um elevador para uso público, o de serviço deve ser disponibilizado para quem tem dificuldade em usar as escadas, devendo o visitante ser devidamente informado sobre esta possibilidade.

Infelizmente os comandos dos elevadores não estão normalizados – por vezes o alarme está em cima, outras em baixo. Embora não seja uma norma, recomenda-se o seguinte código: vermelho = alarme, verde = andar de saída, amarelo = abrir porta. No interior do elevador deverá ser fornecida informação áudio e visual sobre o andar em que a pessoa se encontra.

O patamar diante da porta do elevador não deve ter menos de 150 cm x 150 cm. O espaço em frente não deve ter desníveis nem degraus ou obstáculos que possam impedir o acesso, as manobras e a entrada de uma pessoa em cadeira de rodas.

A largura útil dos vãos das portas de entrada não deve ser inferior a 80 cm. Em planta, o espaço do interior das cabinas deve ter 110 cm de largura x 140 cm de profundidade. A altura dos botões do comando deve ser de 90 cm. No interior das cabinas devem ser colocadas barras a uma altura de 90 cm da superfície do pavimento e a uma distância da parede a 6 cm. Detectores volumétricos para imobilizar portas e ou andamento das cabinas devem ser instalados.

Sinalética

Todo o espaço do museu deve estar claramente identificado, com mapas de orientação simples e claros que permitam uma orientação com autonomia. Deverá também existir sinalética que faculte informação sobre o tipo de acessibilidade disponibilizado pelo museu.

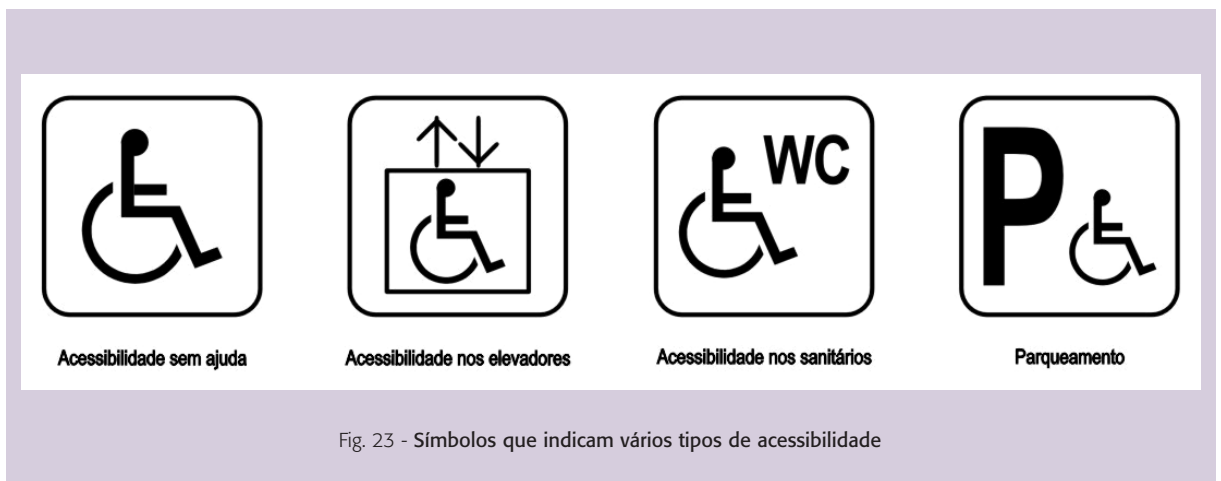
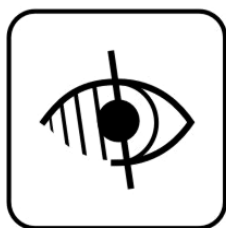


Fig. 23 - Símbolos que indicam vários tipos de acessibilidade



Acessibilidade com ajuda



Apoio para deficiência visual



Apoio para deficiência auditiva



Acessibilidade da informação

Fig. 23 - Símbolos que indicam vários tipos de acessibilidade (cont.)

No sentido de promover a autonomia do visitante e a exploração do espaço de modo independente, é importante usar símbolos visuais e tácteis de fácil compreensão, indicando claramente os percursos, por exemplo, usando códigos de cores para cada área funcional, o fim a que se destina cada um dos espaços, os locais das saídas e entradas, bem como as mudanças de nível ou escadas. As instalações sanitárias devem ser assinaladas com símbolos bem distintos para as casas de banho destinadas a homens e mulheres.

Os painéis informativos que usem setas devem ser de fácil leitura, pelo que o seu alinhamento deve indicar claramente a direcção a seguir:



Uma melhor compreensão é facilitada por um contraste cromático forte entre as letras e o fundo da placa informativa e outro entre o fundo da mesma placa e o suporte (parede,

prateleira, expositor) onde está colocado. Por vezes pode-se obter um contraste entre a placa e a parede introduzindo um rebordo de uma cor diferente na placa.

Assim, é importante ter em consideração o local de fixação (pedra escura/tijolo ou pedra clara/parede branca), a cor do fundo da placa (branca/clara ou preta/escura) e a cor das letras (preta/azul ou branca/amarela). Por exemplo, letras brancas num fundo verde são bem visíveis, mas isso não acontecerá se a placa estiver colocada na relva.

Local de fixação	Fundo do sinal	Letras
Pedra escura ou tijolo	branco	preto, azul, verde
Pedra clara	preto, escuro	branco, amarelo
Parede branca	preto, escuro	branco, amarelo
Folhagem	branco	preto, azul

O tipo de letra pode ser variado, mas letras complexas, com sombras ou com efeitos a três dimensões são de evitar porque dificultam a legibilidade. Algumas letras e números são difíceis de distinguir. Deve procurar-se um tipo da letra que permita distinguir entre o algarismo 1 (um), o l (maiusculo) e o l (L minúsculo). É importante que também se perceba a diferença entre a, c, e, & o, e entre 3, 5, 6 & 8.

O tamanho da letra depende da distância do leitor típico. No caso da sinalética suspensa no tecto, as letras maiúsculas devem ter pelo menos 7,5 cm de altura e nas tabelas 1 a 3 cm. No caso das letras que são lidas a grandes distâncias, por exemplo o nome do museu no exterior, as letras maiúsculas devem ter pelo menos 15 cm de altura. O tamanho da letra das legendas de cada peça deve ser legível a um metro de distância.

O tamanho das letras depende da distância de leitura. Assim:

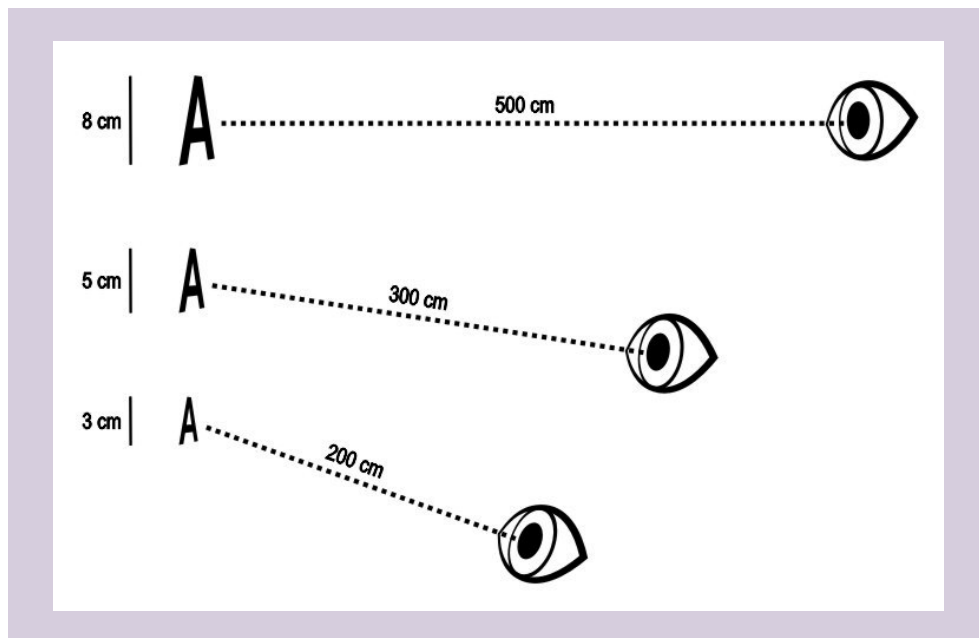


Fig. 24
Tamanho da letra
recomendado face
à distância de leitura

Devem usar-se letras maiúsculas e minúsculas porque assim as palavras têm formas diferentes e são mais fáceis de identificar. Palavras escritas em apenas maiúsculas têm todas o mesmo aspecto rectangular (por exemplo, Espanha e Brasil são mais facilmente legíveis do que ESPANHA e BRASIL).

Para alguns leitores, linhas com muitas palavras prestam-se a confusão, por isso é conveniente não ultrapassar 50 caracteres por linha. Recomenda-se um espaçamento regular entre letras, ou seja, o texto não deve ser justificado mas alinhado à esquerda.

Dentro dos expositores as tabelas devem ser colocadas a um ângulo de 45° para facilitar a sua leitura. Informação fora dos expositores, em particular informação em Braille, deverá ter uma posição constante em relação aos mesmos.

Balcões e mesas

A altura recomendada para os balcões ou guichês de atendimento é de 80 cm. Devem ser abertos por baixo e ter largura de 150 cm livre para permitir a um visitante em cadeira de rodas aproximar-se do tampo. O espaço livre em frente deve ter pelo menos 90 cm x 100 cm.

Mesas utilizadas para realizar experiências ou tarefas devem ter altura regulável. O espaço por baixo da mesa deve ser suficiente para uma cadeira de rodas. A parte inferior da sinalética ou objectos suspensos por cima da mesa e cadeiras deverá ficar a 2 m do chão.

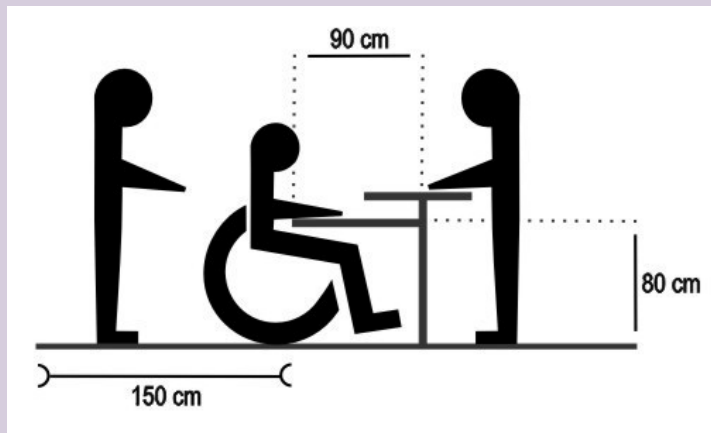


Fig. 25 - Balcões de atendimento com acessibilidade

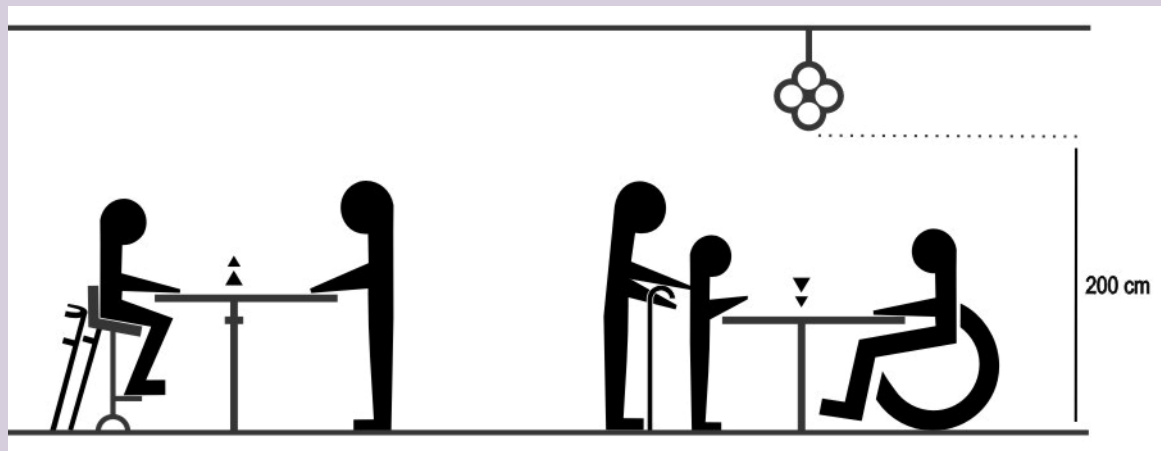


Fig. 26 - Mesas para actividades com acessibilidade

Expositores

Expositores com vidro até ao chão podem ser confundidos com aberturas na parede, por isso devem ser bem iluminados, ter rebordos bem definidos e uma protecção com uma altura mínima de 25 cm do solo.

Paredes de vidro de meia altura são de evitar. Além de não serem visíveis para algumas pessoas, são perigosas para quem se desloca em cadeiras de rodas. O seu rebordo superior deverá ser sempre assinalado com uma cor fácil de detectar contra o fundo.

Os vidros de protecção dos expositores tipo mesa deverão ser colocados a 80 cm do solo. Os objectos expostos devem ser colocados com inclinação de forma a permitir uma fácil e boa visibilidade. As peças mais pequenas deveriam ficar à frente para garantir que possam ser vistas por crianças, pessoas de baixa estatura e pessoas em cadeira de rodas.

O espaço entre objectos expostos colocados sobre o pavimento deverá ter o mínimo de 150 cm.

Objectos ou expositores que distam da parede mais do que 5 cm devem prolongar-se até o chão para reduzir o risco de encontrões. Os que distam mais do que 10 cm da parede devem ter um espaço livre por baixo com 70 cm de altura, para permitir a aproximação de

uma cadeira de rodas. Para garantir que são detectados por uma bengala branca as partes laterais devem prolongar-se até ao chão. Objectos colocados no chão devem ter uma altura mínima de 30 cm para reduzir o risco de os visitantes tropeçarem. Prateleiras e pequenos expositores colocadas nas paredes podem causar lesões nos ombros, ancas e joelhos dos visitantes. Alcatifas e passadeiras devem ser fixas ao chão. Alcatifas grossas podem impedir a circulação de cadeiras de rodas e carrinhos de bebé.

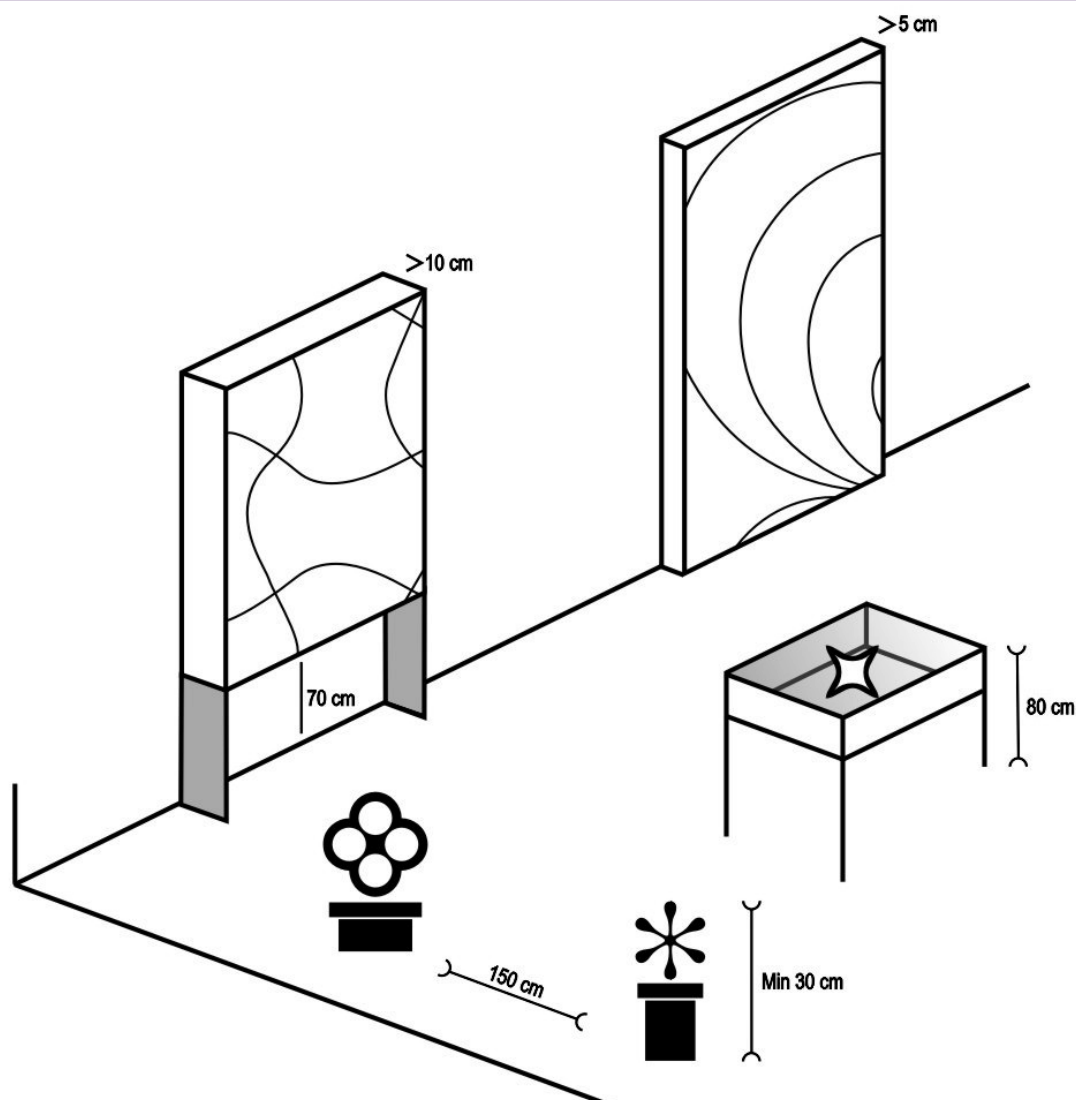


Fig. 27 - Sala de exposição com acessibilidade

Iluminação

À partida, muitas das peças que se guardam nos museus são sensíveis à luz. O ICOM (The International Council of Museums) distingue três categorias: objectos pouco sensíveis (cerâmica, pedra, metal), sensíveis (pintura a óleo, madeira não pintada, lacas, marfins) e muito sensíveis (têxteis, aguarelas, pasteis, desenhos, manuscritos, couro pintado, penas e outros). Os valores máximos recomendados para a iluminação variam em função destas categorias. Assim:

Categoria	Intensidade da luz	Tempo recomendado	Intensidade máxima de exposição à luz / ano
Insensível	300 lux		
Sensível	200 lux	3.000 h / ano	600.000 lux / ano
Muito sensível	50 lux	250 h / ano	12.500 lux / ano

Nota: 300 lux correspondem a uma sala com uma boa iluminação geral e 50 lux a uma rua bem iluminada à noite.

Está implícito que estes critérios devem ser respeitados. No entanto, é preciso ter também em atenção outros aspectos.

A iluminação deve eliminar sombras fortes que podem ser confundidas com obstáculos. A incidência de focos de luz sobre superfícies brilhantes pode produzir um efeito de encandeamamento ou sugerir um chão molhado ou em movimento. As escadas e os cantos das salas devem ser bem iluminados. É preciso evitar que a luz encadeie o visitante ou crie sombras que se projectem sobre as peças ou painéis.

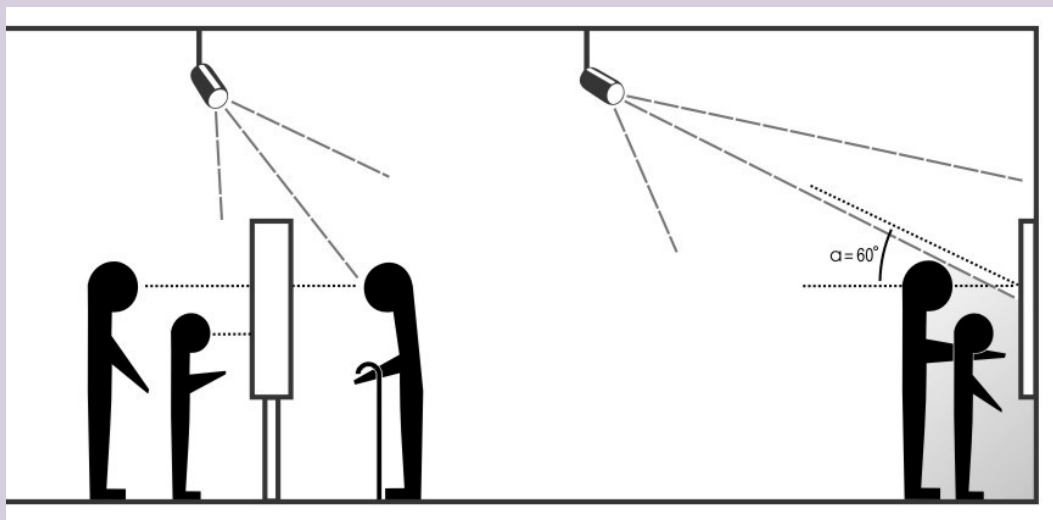


Fig. 28 - Focos de iluminação colocados incorrectamente

Durante uma visita guiada deve parar-se sempre em locais onde a cara do guia esteja bem iluminada para permitir a leitura labial. De qualquer maneira, o projecto de uma exposição deve prever zonas bem iluminadas ao lado das peças expostas para o uso do intérprete de língua gestual.

Luz de ambiente	50-300 lux
Sinalética	100-300 lux
Rampas, escadas	100-300 lux
Percursos, corredores	100-300 lux

Se, por razões de conservação não é possível iluminar objectos com mais do que 50 lux, devem ser tomadas as seguintes medidas para tornar os objectos visíveis para o maior número de visitantes possível:

- Dispor os objectos de tal maneira que as pessoas se possam aproximar o mais possível.
- Utilizar uma iluminação regular em toda a sala (ou seja, 50 lux) e não só em cima do objecto. Paredes e tecto claros ajudam a atingir este objectivo.
- Utilizar um fundo de cor contrastante.
- Fornecer um formato alternativo (foto ou reprodução) que possa ser visto mais bem iluminado noutra local.

Devem reduzir-se ao mínimo as diferenças de nível de iluminação dentro de uma sala e entre salas. Eventuais diferenças devem ter uma transição gradual para permitir a habituação às mudanças de luz.

Quando uma zona de exposição é necessariamente escura, deve haver um corrimão que comece antes desta zona e a percorra toda para permitir a quem vê mal no escuro andar com confiança.

Percurso táctil e acessível

Um percurso com contraste táctil e cromático no chão pode servir de linha guia para pessoas com necessidades especiais visuais. Por exemplo, uma passadeira num chão de madeira marcando o percurso fará o necessário contraste com o restante pavimento. Quando o chão tiver desníveis ou for irregular, devem evitar-se pavimentos e passadeiras com padrões complexos porque podem ocultar estas irregularidades.

Uma alternativa ao percurso marcado no chão é um corrimão que percorra toda a exposição e indique os locais onde o visitante deve parar para explorar o acervo.

Áreas de pausa ou de descanso

Em exposições de grandes dimensões convém prever áreas de pausa ou de descanso, bem como diversos pontos de saída para permitir que as pessoas que estão cansadas interrompam a visita.

Como as pessoas têm alturas diferentes e diversos graus de mobilidade, convém ter cadeiras e bancos de alturas e formatos diferentes. Recomenda-se uma altura do assento de 43-51cm, sempre com costas de pelo menos 45cm de altura. Alguns lugares devem ter apoios para os braços e outros não (ou então apoios rebatíveis). Um contraste cromático entre os assentos e o chão e/ou os assentos e a parede, evita que se transformem num obstáculo.

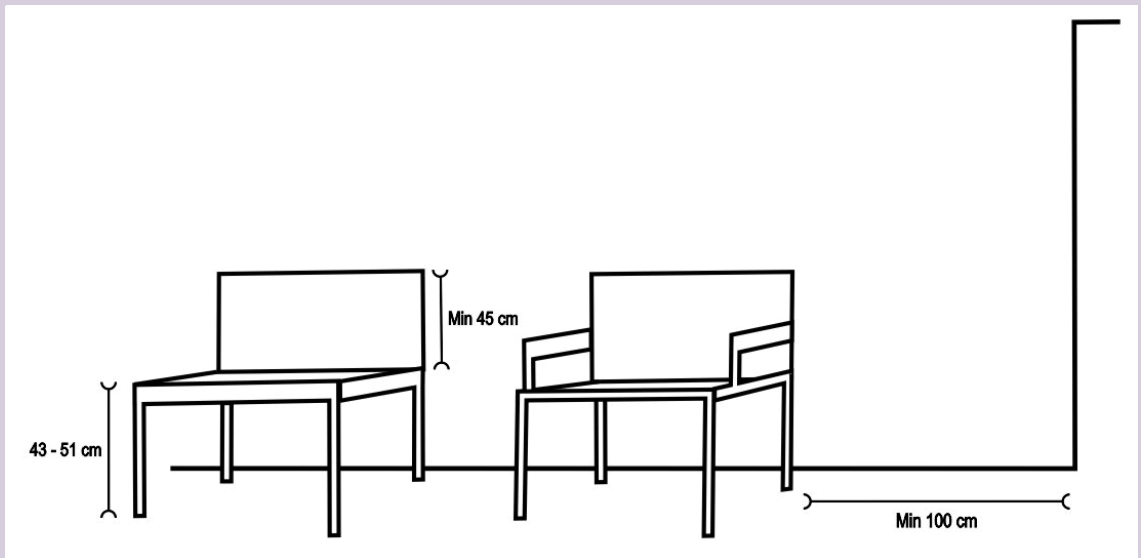


Fig. 29 - Áreas de descanso com acessibilidade

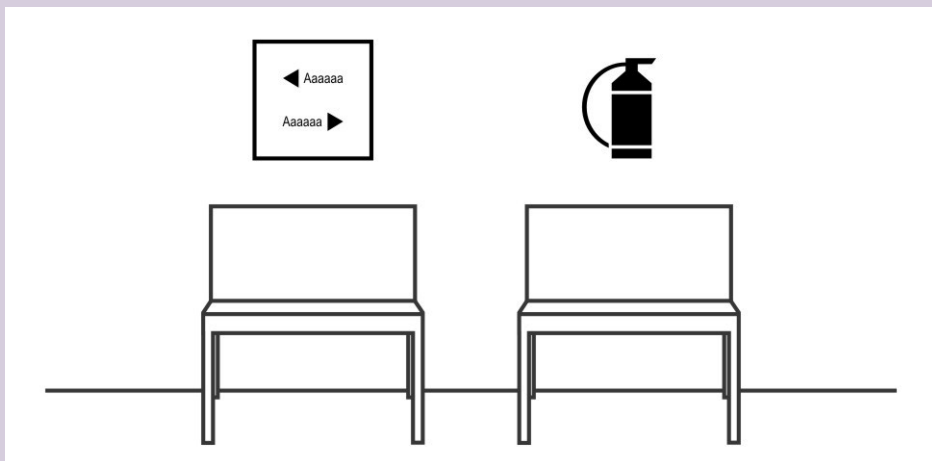


Fig. 30 - Localização incorrecta dos bancos

A sua localização também é importante. Não devem ser colocados por baixo dos painéis informativos ou extintores, nem junto das portas, porque as pessoas em cadeiras de rodas precisam de espaço para manobrar quando abrem a porta. Se houver uma fila de cadeiras, deve-se deixar espaço suficiente numa extremidade para uma cadeira de rodas. Uma alternativa a cadeiras e bancos, em particular em galerias estreitas, são encostos a uma altura de 75-80cm.

Auditórios

É comum reservar para as pessoas em cadeiras de rodas o espaço em frente da primeira fila, atrás de todas as filas ou na coxia lateral. São muitas vezes as únicas soluções que o auditório permite, mas não são satisfatórias porque obrigam os utentes de cadeiras de rodas a ficar afastados dos seus acompanhantes e familiares durante o espectáculo ou apresentação. Por isso, os lugares destinados aos utentes de cadeiras de rodas devem ser espalhados pelo auditório, embora sempre ao lado da coxia. Um ou mais lugares devem ficar perto da saída. A solução é preparar algumas das cadeiras para serem retiradas quando for preciso criar lugares especiais.

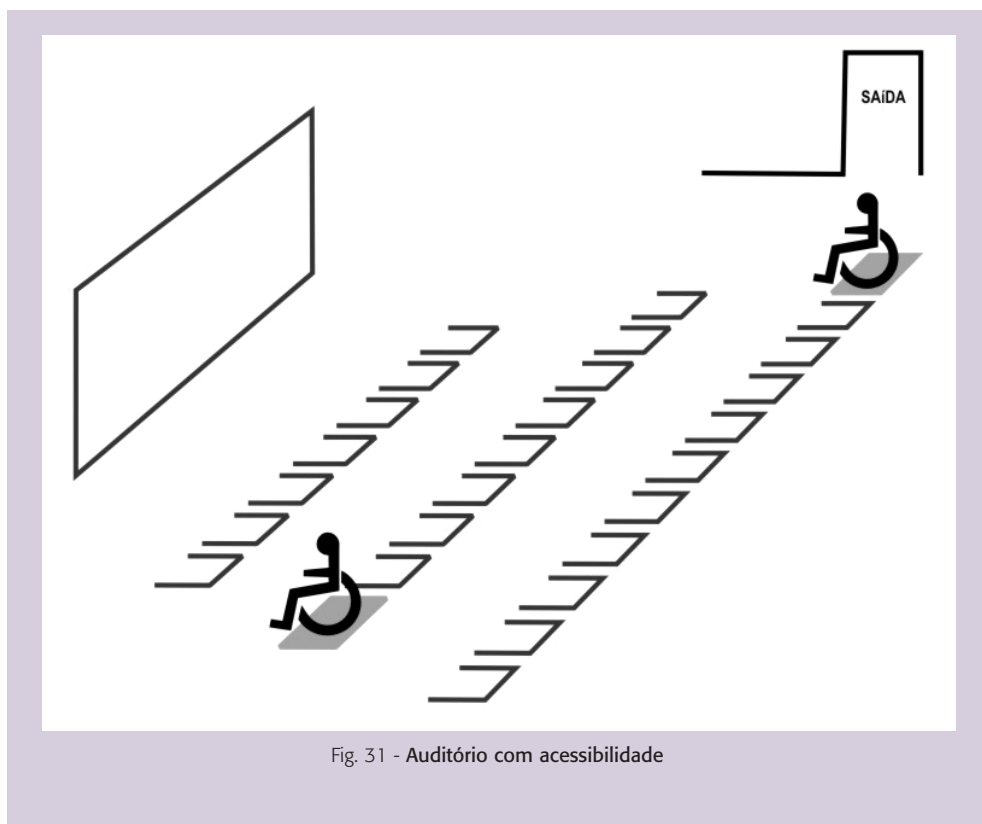


Fig. 31 - Auditório com acessibilidade

Casas de banho

Uma das cabines das instalações sanitárias deve medir 220 cm x 220 cm, para permitir o acesso por ambos os lados da sanita. Nesta cabina é obrigatória a colocação de barras de apoio bilateral, rebatíveis na vertical e a 70 cm do pavimento. A porta deve ser de correr ou de abrir para o exterior.

O pavimento das cabines das instalações sanitárias deve oferecer boa aderência.

A altura de colocação de lavatórios situa-se a 80 cm da superfície do pavimento, devendo ser apoiados sobre poleias e não sobre colunas. As torneiras devem ser automáticas.

As sanitas não devem ser colocadas em cima do degrau, mas directamente sobre o pavimento.

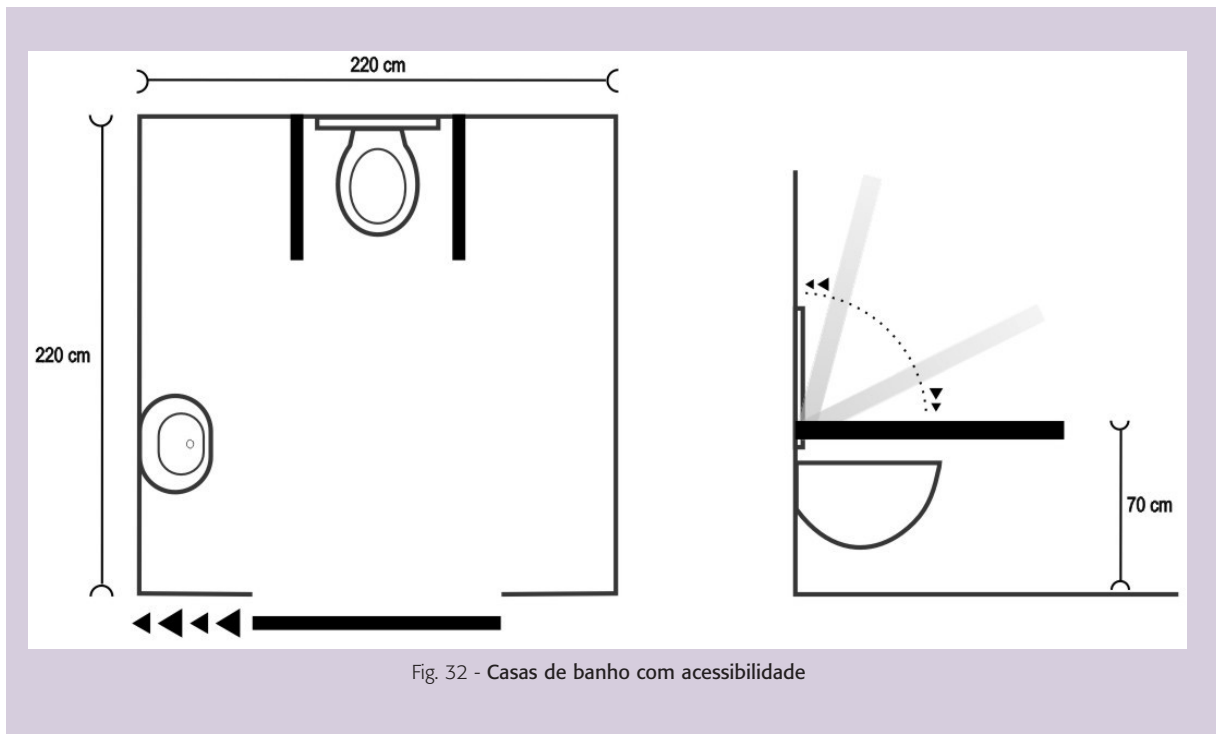


Fig. 32 - Casas de banho com acessibilidade

Todas as instalações sanitárias adaptadas deverão ser apetrechadas com equipamento de alarme adequado, ligado ao sistema de alerta (luminoso e sonoro) para o exterior. O sistema com fio ao longo das paredes, deve terminar nas duas barras de apoio lateral.

Telefone

A altura máxima da ranhura para as moedas ou para o cartão, bem como do painel de marcação numérica, deve ser de 90 cm. É importante que a cabina não constitua um

obstáculo. Quando existe mais de que um telefone, a campânula de um deles deve estar a uma altura de 150 cm. Em todos os casos a campânula deve prolongar-se até ao chão para permitir a sua detecção por uma bengala.

■ Segurança em caso de emergência

Deve haver avisos sonoros e visuais em caso de evacuação por incêndio ou outra causa. A velocidade do piscar dos avisos visuais deve ser entre 1Hz e 3Hz, pois 5Hz pode provocar convulsões às pessoas com epilepsia. É importante não colocar avisos visuais muito perto um do outro porque, sendo dessincronizados, podem produzir um efeito que ultrapassa a velocidade crítica de 5Hz.

Recomenda-se que haja um plano de evacuação integrado num plano geral de emergência do museu, e que este seja ensaiado regularmente. Este plano pode incluir os elevadores, se forem devidamente preparados para o efeito do ponto de vista técnico e estrutural.

A definição do percurso de saída de emergência deve prever o escoamento das pessoas de acordo com a lotação média do edifício (funcionários e utentes). Os percursos de evacuação têm de ser acessíveis, ou seja, o espaço por trás da porta de emergência tem de permitir a passagem de pessoas com mobilidade reduzida. Em caso de absoluta necessidade, podem ser utilizadas zonas de refúgio devidamente concebidas para o efeito, permitindo que as pessoas possam aguardar em segurança a chegada dos bombeiros.

Os museus produzem informação escrita em múltiplos suportes, com diversas funções e diferentes graus de especialização e complexidade. Para proporcionar o acesso à informação a pessoas com necessidades especiais, nomeadamente com deficiência visual ou mental, os museus devem disponibilizar a informação em vários níveis e formatos alternativos.

■ Diversos níveis de informação

As pessoas podem ter problemas de literacia por várias razões:

- qualquer tipo de necessidades especiais que afecte a capacidade de ler ou compreender;
- uma educação formal limitada;
- problemas de carácter social;
- língua materna diferente da língua oficial do país onde vivem.

As competências de literacia das pessoas diferem bastante e mesmo entre os grupos acima mencionados há uma grande diversidade na capacidade de ler e escrever. A designação de “linguagem fácil” pode não ser universal e não será possível escrever um texto que se adapte às capacidades de todas as pessoas com problemas de literacia e compreensão. No entanto, textos escritos em “linguagem fácil” tornam-se mais acessíveis e são geralmente caracterizados por:

- utilizar uma linguagem simples e directa;
- incluir apenas uma ideia principal por frase;
- evitar linguagem técnica, abreviaturas e iniciais;
- ter uma estrutura clara e lógica.

O modo como a informação está estruturada é muito importante. A exposição dos conteúdos deve seguir uma sequência clara e lógica, apoiando-se em expressões, palavras, frases ou ideias essenciais.

É relativamente fácil escrever sobre coisas simples e concretas; é muito mais difícil apresentar conceitos abstractos. Quando não for possível evitar-se os conceitos abstractos, estes deverão ser ilustrados com exemplos concretos. Assim, se na tabela de uma pintura se menciona a “influência cubista”, deve explicitar-se este conceito referindo que, neste tipo de pintura as formas são parecidas com cubos ou com os dados de jogar.

A apresentação da informação também é muito importante. Fotografias, figuras ou símbolos devem apoiar o texto sempre que possível de modo a ajudarem a sua compreensão. Estas ilustrações também devem ser fáceis de entender e estar claramente relacionadas com o texto.

O modo como os textos, ilustrações ou quaisquer informações são apresentados, também deve ser considerado cuidadosamente:

- apresentar as ideias em pequenas frases, pois existe dificuldade em processar muita informação ao mesmo tempo;
- repetir e reforçar o que foi dito, dando simultaneamente relevância aos conteúdos mais importantes.

É essencial, para promover o acesso à informação dos vários públicos que visitam o museu, procurar disponibilizar a informação em diversos níveis de elaboração, desde a mais erudita ou técnica até à “linguagem fácil”. Essa informação pode ser fornecida em texto de apoio, de modo a permitir que cada visitante possa escolher o tipo de informação que mais se adequa aos seus interesses e capacidades.

Veja-se o exemplo em baixo, feito sobre um painel de azulejos do final do séc. XVIII pertencente ao acervo do Museu Nacional do Azulejo. Estes três níveis de informação poderiam constar de tabelas de sala destinadas a vários públicos.

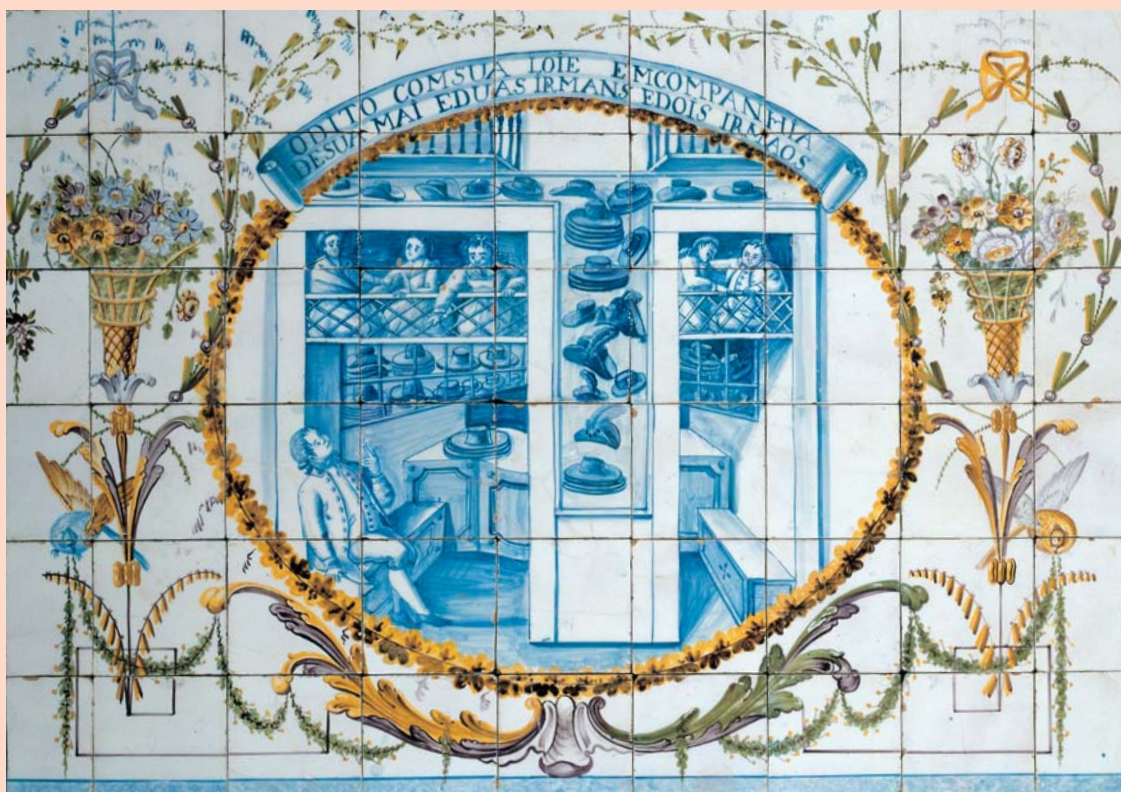


Fig. 33 - *História do Chapeliro António Joaquim Carneiro*, Real Fábrica da Louça, 1790-1800
Museu Nacional do Azulejo, inv. n.ºs 227 a, b, c, d, e, f, g, h

Nível 1

HISTÓRIA DO CHAPELEIRO ANTÓNIO JOAQUIM CARNEIRO

Lisboa, Real Fábrica da Louça

1790-1800

Faiança policroma

Prov. Quinta do Chapeleiro, Póvoa de Santo Adrião

MNA inv. N^{os} 227 a, b, c, d, e, f, g

Este conjunto de painéis é a narrativa da vida do chapeleiro António Joaquim Carneiro e constitui um registo imediato de personagens e realidades coevas, sem mediação de qualquer fonte iconográfica gravada. As diferentes cenas inscrevem-se num medalhão oval limitado por um friso de flores e com uma faixa com a indicação do episódio, destacando-se de um fundo branco com uma composição de ramos e pássaros com dois cestos de flores colocados lateralmente.

Nos sete painéis conta-se a história de um rapaz pobre do campo que foi para a loja do seu tio em Lisboa, onde aprendeu o ofício de chapeleiro, depois se estabeleceu nesta cidade com o seu negócio, casou com uma viúva com cinco filhos e construiu a sua fábrica e residência.

Encomenda do protagonista da história e provenientes da sua própria casa, estes painéis documentam uma novidade no elenco iconográfico da azulejaria portuguesa, relato agora imediato de factos recentes, neste caso, a consagração de uma narrativa de ascensão económica e social de um camponês que se transforma em burguês rico, elemento da classe emergente cuja ideologia será dominante no século XIX.

O painel que vemos na figura tem uma base com barra esponjada. A oval no centro é limitada por grinalda rematada por filacteria com as extremidades enroladas. Inferiormente, e em simetria a ornato concheado, arrancam duas folhas alongadas de acanto, a que se liga uma recta quebrada que nos cantos se eleva suportando cestos cónicos com flores, na base dos quais se cruzam dois ramos que, unidos superiormente por um laço se fecham em reserva oval. A linha vertical de suporte é animada por ramos de campânulas e, mais acima, folhas de acanto, sempre em simetria. Grinaldas presas em três pontos de cada uma das folhas de acanto da base são seguras lateralmente no bico de pássaros em voo, pendendo em festão. Finas ramagens preenchem o espaço superior dos painéis.

Na reserva oval inscreve-se em primeiro plano a fachada de uma loja, com duas portas de cantaria recta, a da esquerda mais larga, envolvidas por chapéus pintados vendo-se superiormente as secções inferiores das janelas de sacada, com balaústres. Dois bancos ocupam as paredes laterais da loja, encostando ao balcão onde pousam chapéus empilhados, vendo-se ao fundo prateleiras com mais chapéus. Sentado no banco da esquerda está um homem (o protagonista) erguendo a cabeça e o braço esquerdo para cima, em direcção a uma varanda interior, com grade aberta formando losangos e onde são visíveis, na parte esquerda, três figuras femininas, sentadas, uma das quais apoiada no parapeito e apontando para baixo, e na direita, dois homens também sentados

Nível 2

HISTÓRIA DO CHAPELEIRO ANTÓNIO JOAQUIM CARNEIRO

Feito em Lisboa, na Real Fábrica da Louça

1790-1800

Faiança policroma

Proveniente da Quinta do Chapeleiro, na Póvoa de Santo Adrião

Museu Nacional do Azulejo, N^{os} de Inventário 227 a, b, c, d, e, f, g

Este conjunto de painéis é a história da vida do chapeleiro António Joaquim Carneiro e constitui um registo imediato de personagens e realidades da época. O centro dos painéis, onde se passa a cena da história, é emoldurado por um friso de flores oval, decorado, sempre em simetria, com pássaros e cestos de flores.

Os sete painéis contam a história de um rapaz pobre do campo que foi para a loja do seu tio em Lisboa onde aprendeu o ofício de chapeleiro. Depois estabeleceu-se nesta cidade com o seu negócio, casou com uma viúva com cinco filhos e construiu a sua fábrica e residência.

Os painéis são uma encomenda feita pelo próprio chapeleiro e provêm da sua casa. É uma novidade na azulejaria portuguesa da época retratar cenas da vida quotidiana, neste caso a ascensão económica e social de um camponês que se transformou em burguês rico, elemento de uma classe social que será importante no século XIX.

Aqui vemos a fachada da sua loja, com duas portas envolvidas por cantarias decoradas com chapéus pintados. O chapeleiro está sentado num dos dois bancos encostados às paredes laterais da loja, apoiado no balcão onde pousam chapéus empilhados, vendo-se ao fundo prateleiras com mais chapéus. Ergue a cabeça e o braço esquerdo para cima, em direcção a uma varanda interior, onde vemos a sua mãe e as suas irmãs e irmãos.

Nível 3

HISTÓRIA DO CHAPELEIRO ANTÓNIO JOAQUIM CARNEIRO

Feito em Lisboa, na Real Fábrica da Louça, entre 1790 e 1800

Faiança pintada com várias cores

Veio da Quinta do Chapeleiro, na Póvoa de Santo Adrião

Pertence ao Museu Nacional do Azulejo

N^{os} de Inventário 227 a, b, c, d, e, f, g

Estes azulejos contam a vida de António Joaquim Carneiro. Ele era um chapeleiro, fabricava e vendia chapéus.

Os sete painéis contam a história de um rapaz pobre do campo que foi para Lisboa. Na loja do seu tio aprendeu a fabricar chapéus. Depois abriu a sua loja, casou com uma viúva com cinco filhos e construiu a sua fábrica e a sua casa.

Ele mandou fazer estes azulejos para pôr na parede da sua casa. Contam como ele era um rapaz pobre do campo e depois ficou um homem rico.

Aqui vemos a sua loja. À volta das portas há chapéus pintados na parede. O chapeleiro está sentado num banco logo à entrada. Está a apontar para cima, onde vemos a sua mãe, irmãs e irmãos sentados numa varanda no interior da loja.

■ Diversos formatos

As necessidades e capacidades das pessoas com necessidades especiais são variáveis e o material de "linguagem fácil" nem sempre será acessível a todas as pessoas e certamente àquelas que não conseguem mesmo ler. Se a informação estiver também disponível em formatos não escritos, chegará a um maior número de pessoas. Também não se podem satisfazer todas as pessoas com necessidades especiais fornecendo apenas um formato alternativo, pelo que convém que exista hipótese de escolha.

Ampliações visuais

Uma versão ampliada é relativamente fácil de produzir quando os textos são digitalizados. Recomenda-se o uso de letras de 18/20 pt, texto alinhado à esquerda, fundo simples sem negrito nem itálico. A apresentação final do texto ampliado pode parecer banal para quem vê bem, mas a pessoa com baixa visão vai apreciar o facto da leitura ser mais fácil. Pode ser necessário substituir algumas imagens por desenhos simples ou descrições.

A versão ampliada da informação deverá ser disponibilizada na recepção ou colocada junto dos respectivos expositores. A segunda opção incomoda menos o leitor, que não tem que transportar os textos durante a visita. É importante que os textos não estejam fixos mas sejam portáteis, porque isso permite que o leitor encontre a melhor posição para os ler. Um bom contraste cromático é fundamental, tal como o uso de materiais que não sejam brilhantes.

Uma lupa convencional com aumento de 2,5 vezes, poderá estar disponível quando não for possível ampliar um texto ou produzir uma réplica de um objecto pequeno. Se um museu quiser oferecer a possibilidade de consulta de documentação e publicações no contexto de um trabalho de investigação, deverá considerar a compra de uma lupa - TV que permite que uma pessoa com baixa visão leia os textos originais que são automaticamente ampliados no ecrã.

Ampliações sonoras

Na bilheteira, recepção, auditório e salas onde se realizam apresentações regularmente deve considerar-se a introdução de um anel de indução magnética ou dispositivo semelhante que tem grande utilidade para quem usa um auricular. É imprescindível consultar os especialistas sobre as especificações técnicas deste tipo de equipamento, pois um anel numa sala pode interferir com outro numa sala vizinha.

Braille

Textos em Braille devem ter uma apresentação simples, sem recurso ao itálico ou negrito para salientar informação e de preferência sem colunas. Imagens no original podem ser eliminadas na versão Braille se a sua função for meramente decorativa. Imagens que transmitem informação suplementar devem ser convertidas em texto. As legendas em Braille devem estar fixas e colocadas a um ângulo de 45° para facilitar a leitura.

A versão Braille pode ser incluída nos painéis informativos. As alternativas são uma publicação em Braille disponível na recepção e um suporte portátil junto do respectivo painel informativo.

Gravações áudio

Museus e monumentos podem ser equipados com sistemas automáticos de informação áudio. As gravações podem ser feitas e copiadas facilmente, o que as torna uma boa opção para produzir informação para pessoas que não podem ler. A mesma informação pode ser eventualmente fornecida para uso privado e utilizada fora do museu, para preparação da visita ou para, posteriormente, dinamizar discussões em grupo.

Normalmente são activadas por um botão, mas também podem ser activadas por um sensor que detecta a entrada de um visitante numa galeria ou sala. Os sistemas de infravermelhos que necessitam do uso de um receptor por parte do visitante têm a vantagem de ter múltiplos canais, permitindo a transmissão da informação em diversas línguas e/ou diversas versões numa só língua.

Descrições áudio podem servir leitores de Braille e leitores de textos ampliados, assim como pessoas que não conseguem ler nenhum formato escrito.

Têm algumas desvantagens, se os compararmos com textos escritos:

- exigem gravações de qualidade;
- implicam equipar ou os visitantes ou a exposição com leitores áudio;
- o visitante tem de saber trabalhar com o equipamento;
- não permitem que o visitante oiça a descrição ao seu próprio ritmo;
- no caso da pessoa cega, a audição tem um papel muito importante na sua deslocação em segurança e por isso o visitante deve ser aconselhado a não ouvir a gravação enquanto se desloca.

Mas em contrapartida, uma gravação áudio tem também vantagens:

- pode incluir, além de descrições precisas, efeitos sonoros que enriquecem a visita com diferentes perspectivas;
- exige menos esforço por parte do visitante.

O texto das gravações deverá seguir as sugestões anteriormente apresentadas para a elaboração de textos em "linguagem fácil". Quando se estruturam os conteúdos é importante agrupar assuntos similares. O locutor deve falar pausadamente e fazer breves pausas entre as frases. Para gravações mais longas é preferível utilizar mais do que uma voz e alternar o texto com intervalos musicais ou com efeitos sonoros.

Combinar uma publicação ilustrada de leitura fácil com uma gravação pode aumentar a compreensão e o *feedback*, tornando a informação muito mais acessível.

Gravações vídeo

O vídeo é uma excelente escolha para fornecer informação. A combinação de informação visual e verbal pode ser bastante eficaz para alcançar as pessoas que têm sérios problemas de leitura e compreensão de textos.

Apesar da produção de um vídeo de boa qualidade técnica continuar a ser bastante dispendiosa, algumas instituições têm capacidade para produzir os seus próprios vídeos, com a ajuda das tecnologias digitais. Caso não se disponham dos meios adequados é sempre preferível optar pelo recurso a serviços especializados.

É muito importante que o guião seja claro e coerente e que os textos e as imagens não mudem com demasiada rapidez. Os vídeos deverão ser legendados e nos momentos em que não há registo de som deverá haver uma referência escrita a este respeito para que as pessoas com necessidades especiais a nível auditivo saibam que não estão a perder informação.

Para além da linguagem escrita, são os signos gestuais que permitem o acesso das pessoas com necessidades especiais auditivas à comunicação e à informação. Seria desejável encontrar em todos os museus materiais vídeo em Língua Gestual como forma de facilitar o acesso das pessoas com necessidades especiais a todos eles.

O trabalho de passagem a vídeo da informação necessária deverá ser realizado por intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. Estes materiais deveriam estar disponíveis e acessíveis às pessoas surdas de forma permanente. Paralelamente, será fundamental que proliferem cada vez mais materiais escritos que possibilitem o acesso e contacto com todos os espaços e peças dos museus.

Os vídeos que fazem parte de uma exposição ou que são para venda ao público devem incluir a opção de descrição áudio que torne os seus conteúdos acessíveis às pessoas com necessidades especiais visuais.

Formato digital

Se a informação sobre o museu ou exposição estiver disponível em formato digital, poderá ser fornecida para consulta prévia por um potencial visitante. Se o *website* do museu estiver preparado para a utilização por cidadãos com necessidades especiais e se o museu dispuser de equipamento informático adequado, esse poderá ser o meio preferencial para comunicação, quer à distância, quer presencial. Deverá considerar-se a possibilidade de fornecer a informação por correio electrónico ou convencional (em papel) ou disponibilizá-la em suportes informáticos (disquete ou cd-rom) na recepção para uso do visitante que traz o seu próprio equipamento.

Os sistemas de informação digital permitem criar e gerir informação hierarquizada em diversos níveis que correspondem aos interesses e necessidades de pessoas com conhecimentos e capacidades diferenciados.

O equipamento informático deverá incluir *software* com sintetizador de voz e os

funcionários devem saber activá-lo. Os equipamentos podem ser colocados em estruturas que se enquadrem nas características do espaço envolvente.

Multimédia e Internet

Os elementos interactivos de uma exposição devem ser acessíveis às pessoas com apenas uma mão ou com dificuldades musculares. Devem evitar-se comandos que necessitem de ser agarrados com força ou enroscados. Estes não devem ser muito pequenos (dimensão mínima 7,5 cm), devem ter boa aderência, por exemplo ser revestidos de borracha, e ser equipados com um apoio para os pulsos ou cotovelos. Podem ser colocados a 40 cm - 120 cm do chão, mas de preferência a 80 cm - 90 cm. A distância entre a parte da frente do elemento e os comandos não deve ultrapassar 50 cm. Uma solução é incluir uma pequena prateleira rebatível no elemento que pode servir de apoio para quem precisar dela, podendo ser afastada por quem necessita de se aproximar mais.

Se um elemento interactivo necessitar de um comando falado ou de audição, deverá ser possível ajustar a altura do respectivo equipamento (de preferência entre 80 cm e 180 cm).

Os elementos com ecrãs tácteis deverão incluir uma versão sonora da actividade ou informação, activada por um toque em um dos cantos. As zonas a tocar deverão ter pelo menos 7,5 cm de diâmetro e as zonas mortas intercalares deverão ser igualmente grandes. Alguns ecrãs são activados pelo contacto do dedo, outros pelo retirar do dedo: o segundo sistema é melhor para as pessoas com necessidades especiais visual porque permite deslizar o dedo no ecrã à procura do local certo sem activar funções não desejadas. A altura e ângulo do ecrã devem ser reguláveis.

Deverá existir um espaço em frente dos elementos interactivos que permita a aproximação de uma cadeira de rodas (90 cm de largura e 100 cm de comprimento) e por baixo um espaço com 70 cm de altura, 80 cm de largura e 50 cm de profundidade.

Inicialmente concebida no seio da comunidade científica como um instrumento para estabelecer a circulação de ideias, a Internet é hoje cada vez mais um produto de comunicação de massas. Um *website* é considerado acessível quando o conteúdo informativo, navegabilidade e interactividade são acessíveis a todos os utilizadores, incluindo os com necessidades especiais, independentemente da tecnologia usada para aceder ao sítio e do ambiente de trabalho em que se encontram. A acessibilidade na Internet entendida em senso lato enquadra não apenas os conteúdos mas também as ferramentas utilizadas na produção do *website*, o navegador bem como as tecnologias para a acessibilidade na Internet. Por exemplo, nesse sentido, todas as imagens patentes num sítio (estáticas ou em movimento) devem providenciar um equivalente de texto. Por outro lado, todos os elementos não textuais equivalentes a texto - ícons, logotipo, discursos gravados ou o vídeo de uma pessoa transpondo o texto para língua gestual - podem funcionar como substitutos de textos para pessoas que têm dificuldade na leitura e compreensão de textos escritos.

Ao conceber-se, desenhar-se e programar-se um *website* é necessário pensar nos diversos utilizadores potenciais, entre os quais se poderão encontrar pessoas que não vêem, não ouvem, não se movimentam agilmente ou podem não ser capazes de processar facilmente determinado tipo de informação. Podemos estar igualmente perante pessoas que têm dificuldade em ler e compreender um texto, incapacitadas de usar um teclado ou um rato, dispor apenas de um écran de texto, de um pequeno écran ou de uma ligação à Internet de baixa velocidade. Por fim é preciso ter em conta que as pessoas com deficiência podem dispor habitualmente quer de computadores quer de navegadores de Internet com características especiais, adaptadas à própria deficiência do utilizador.

Se, devido à natureza básica dos seus conteúdos, um *website* não pode ser 100% acessível (o que não o impede de exibir o ícon que identifica a acessibilidade do sítio, pois este significa que foram envidados todos os esforços para adequar o sítio às medidas de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais), deve conceber-se e desenhar-se o sítio com base na hierarquização de diferentes níveis de acessibilidade, determinando-se claramente as categorias de acessibilidade prioritárias e secundárias de modo a assegurar a acessibilidade plena ou apenas suficiente do sítio.

É preciso esclarecer que no campo das tecnologias da informação e comunicação e particularmente da Internet existe um organismo, o *World Wide Web Consortium (W3C)* que permanentemente se encarrega de assegurar que todas as inovações tecnológicas têm em consideração a sua correcta adequação, utilização, compreensão e pesquisa por utilizadores com necessidades especiais.

A acessibilidade à Internet por cidadãos com necessidades especiais é assegurada por diferentes tecnologias quer de hardware quer de *software*, designadamente tecnologias que efectuem a conversão equivalente da informação de um órgão de sentido para outro, como por exemplo da visão (monitor do computador) para o tacto (barra de Braille para cegos) ou para a audição (síntese sonora vocal para cegos) ou ainda, inversamente, da audição (documentos audio) para a visão (textos) através de mecanismos de reconhecimento vocal para surdos.

Outro tipo de tecnologias asseguram a usabilidade de determinadas ferramentas como ratos ou teclados para deficientes motores. Outras ainda, destinadas a pessoas com deficiência visual compensam a dificuldade de percepção com a ampliação de texto no monitor do computador.

Existem ferramentas e tecnologias específicas de edição de *websites* que permitem ultrapassar determinados tipos de deficiências, concretamente as que se relacionam com a dificuldade em distinguir cores: informação essencial não pode basear-se exclusivamente na diferenciação da cor e, por outro lado, é fundamental assegurar um contraste suficientemente nítido entre texto e fundo. O recurso a imagens em movimento em frequências susceptíveis de provocar uma crise epiléptica é absolutamente incompatível com utilizadores afectados por epilepsia fotossensível.

Finalmente existem diversas ferramentas disponíveis gratuitamente na Internet que permitem testar um sítio do ponto de vista da acessibilidade (designadamente o *Bobby*, uma das mais utilizadas entre muitas outras). É fundamental que essa ferramentas sejam utilizadas a par e passo e à medida que o sítio for construído, de modo a chegar-se ao produto final com a garantia que ele é de facto acessível e, por conseguinte, um poderoso promotor da infoinclusão. No final deste manual poderá encontrar um conjunto de informação detalhada sobre os diversos recursos na Internet disponíveis sobre esta matéria, quer nacional quer internacionalmente.

Prioridades

Reconhecemos que é dispendioso fornecer toda a informação e publicações existentes num museu em formatos alternativos para os visitantes com necessidades especiais e que, em geral, as verbas disponíveis são limitadas. Daí a necessidade de estabelecer uma ordem de prioridades:

- 1º- roteiro do museu ou da exposição (ou material para visita ao museu ou à exposição);
- 2º- material para divulgação do museu ou de uma exposição (folhetos, desdobráveis);
- 3º- publicações generalistas sobre o museu;
- 4º- publicações generalistas sobre uma exposição;
- 5º- publicações de especialidade (por exemplo, monografias ou revistas).

É de salientar que a maior dificuldade consiste na adaptação da informação já existente. São os novos projectos que devem contemplar obrigatoriamente a produção de formatos alternativos.



V

Acessibilidade
do acervo

■ Formas de acesso táctil

Originais

Do ponto de vista do visitante, o original tem sempre mais interesse do que uma reprodução. É emocionante poder ver ou ter na mão uma peça autêntica, histórica ou valiosa. Mas é natural que o museu coloque reservas relativamente à manipulação de muitas das peças do seu acervo, devido a razões de segurança e conservação. Na maior parte das exposições, o contacto com as peças não é facilitado porque os expositores são fechados ou a aproximação do visitante não é permitida. A natureza do acervo pode também ser uma barreira.

Contudo, existem objectos que podem ser tocados no seu local habitual, por exemplo, peças de escultura, se forem tomadas as devidas medidas de protecção (ver pág. 67). Existem outras peças que são de uma grande durabilidade e que poderão ser tocadas, por exemplo os bifaces.

Se um museu pretende tornar o seu acervo mais acessível através do contacto físico, deverá seleccionar peças emblemáticas susceptíveis de poderem ser tocadas. Deve efectuar-se uma selecção criteriosa de peças que possam ser tocadas, de preferência ilustrando a diversidade dos acervos. Uma exposição pode incluir um excelente exemplo de uma guitarra do século XIX que por razões de conservação ou segurança tem de permanecer num expositor fechado, mas no acervo do museu pode haver outro exemplar que pode ser tocado.

Réplicas

Quando a fragilidade, valor ou condições de conservação não permitem contacto com o original, pode-se mandar fazer uma réplica do original. Por vezes será demasiado complexo ou dispendioso produzi-la no material original. Nestes casos uma amostra do material usado no original deverá ser associada à réplica.

Versões simplificadas a preto e branco de pinturas e imagens podem melhorar a qualidade da visita a pessoas com visão reduzida.

Miniaturas/ampliações

Existem peças que são ou demasiado grandes ou demasiado pequenas para serem tocadas com as mãos e interpretadas convenientemente.

No caso de ampliações de peças como jóias ou moedas, estas deverão ser acompanhadas por uma indicação do seu tamanho real. As ampliações são aconselhadas quando as peças no seu tamanho real contêm pormenores difíceis de identificar com os dedos.

No caso de miniaturas, estas deverão ser acompanhadas por algo que permita entender o seu verdadeiro tamanho, por exemplo uma figura humana à mesma escala. Tal como as

réplicas, estas reproduções deverão usar os materiais originais ou pelo menos fornecer um toque muito parecido.

Representação de imagem em relevo

Pinturas e imagens podem ser representadas em relevo com um maior ou menor grau de sucesso. Por vezes têm de ser simplificadas e quase sempre adaptadas porque o tacto e a visão não funcionam da mesma maneira. As mãos entendem melhor áreas com texturas diferentes do que diversas linhas em relevo.



Fig. 34 - *Martírio de S. Sebastião*, Gregório Lopes, 1536-39. Museu Nacional de Arte Antiga, inv. nº 80 Pint

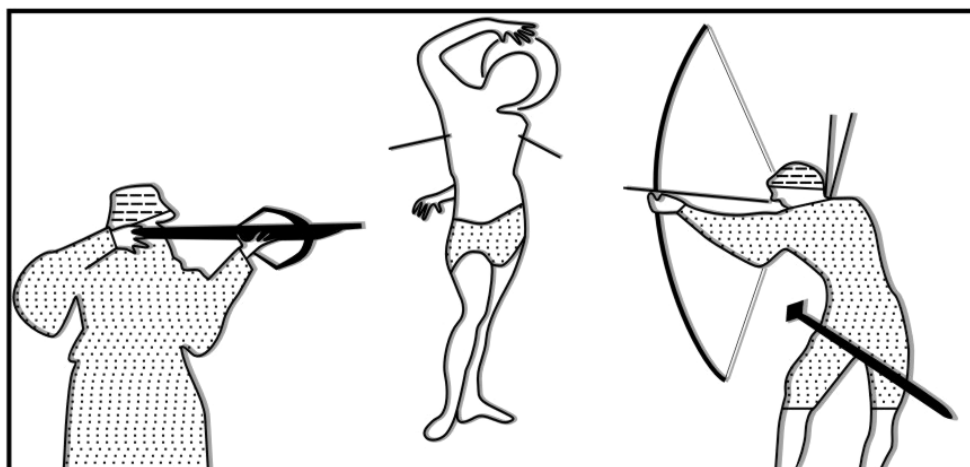


Fig. 35
A pintura representada
em relevo

■ Formas de protecção do acervo

“Luvas invisíveis”

Para proteger as peças que podem ser tocadas deve pedir-se ao visitante que lave as mãos no princípio da visita e retire anéis e pulseiras. Depois o visitante deve aplicar um produto que reduz os danos causados pela gordura das mãos, conhecido como “luvas invisíveis”. Deverá haver um espaço de fácil acesso para a lavagem das mãos perto da exposição. Outra opção é fornecer luvas muito finas que protegem as peças do contacto com as mãos e ao mesmo tempo não reduzem substancialmente a sensibilidade dos dedos.

“Resguardos”

É essencial proteger as peças contra quedas. A solução dependerá da natureza da peça e da maneira como vai ser tocada. Podem considerar-se bancadas com tampo mole, tabuleiros com espuma, areia ou serradura no fundo, um avental que cubra as pernas do visitante sentado, uma prancha a que se pode fixar a peça.

VI

Programação
de actividades
integradas

■ Diversificação da oferta

É necessário dar às pessoas uma motivação para ir ao museu, tornando-o interessante e agradável pelo desenvolvimento de actividades que se relacionem com as vivências ou experiências de vida das pessoas.

Visitas guiadas

O ideal seria a programação de actividades que envolvessem indiferenciadamente todos os públicos e não exclusivamente pessoas com necessidades especiais. Visitas que fazem parte do programa geral de actividades do museu podem ser acompanhadas regularmente por um intérprete da Língua Gestual (por exemplo 1º sábado do mês, quando todos os sábados à tarde há uma visita guiada). Estas visitas agradam também a outros visitantes, porque o guia é obrigado a falar mais devagar. Também podem ser organizadas visitas tácteis para o público em geral, anunciadas como uma oportunidade de tocar o acervo, e não como eventos exclusivos para pessoas com necessidades especiais visuais.

No caso das pessoas com necessidades especiais, uma visita preparada torna-se mais produtiva. Se o museu propuser actividades de exploração prévia a realizar fora do museu que veiculem informação sobre a exposição que se irá ver e no final da visita houver actividades que conduzam à elaboração de um resumo do que foi visto (explorando emoções e testando a aquisição de conhecimentos), a fruição e a aprendizagem serão facilitadas.

Também no caso das visitas guiadas devem ser aplicadas as regras da "linguagem fácil" (ver pág. 53).

Ateliês

Dinamizar ateliês específicos promove a fruição e apreensão dos conteúdos da exposição. Mas também neste caso se aplica a ideia de que as actividades desenvolvidas pelos Serviços Educativos devem preferencialmente ter um carácter abrangente e universalista, envolvendo e respondendo, de preferência, às necessidades dos diversos tipos de público.

A dinamização de ateliês que permitam, mais do que a exploração do museu, a experimentação sensorio-motora dos acervos, pode constituir uma forma dinâmica de fomentar a fruição cultural. A decomposição dos objectos em diversos materiais que podem ser tocados e experimentados e a recriação do contexto e processo de produção da obra pode ajudar a ultrapassar algumas barreiras. Um quadro, por exemplo, pode ser decomposto em tela, tinta, pincéis, materiais estes que podem ser manipulados para explorar o processo de criação da obra.

■ Divulgação

Meios de divulgação convencionais

É indispensável a existência de um guia reproduzido em diversos meios e suportes e disponibilizado também no sítio institucional do museu, divulgando todas as condições de acesso a pessoas com necessidades especiais: a disponibilidade de estacionamento reservado, a existência de lugares acessíveis no auditório e no bar, a acessibilidade dos elevadores, o número de degraus entre andares e os serviços educativos especificamente dirigidos a pessoas com necessidades especiais ou abrangentes de diversos públicos. Toda a publicidade convencional deveria fazer referência à acessibilidade do museu e incluir um contacto para obter informação mais pormenorizada. É importante que todos os funcionários do museu e sobretudo os que fornecem informação aos visitantes aos mais diversos níveis tenham conhecimento das condições de acessibilidade do museu e das exposições.

Associações de pessoas com necessidades especiais

Para chegar às pessoas com necessidades especiais e aumentar o número das que frequentam os museus, deve privilegiar-se a divulgação da informação junto das associações respectivas e centros de dia, assim como considerar a possibilidade de fazer uma apresentação para essas entidades sobre novos serviços e/ou o desejo de trabalhar em parceria com as mesmas.

Também se poderão efectuar campanhas de sensibilização junto dos serviços da comunidade (escolas, instituições, clubes, colectividades) que podem abranger potenciais interessados.

Acontecimentos recreativos culturais

Organizar acontecimentos recreativos culturais com convites especialmente dirigidos à participação de pessoas com necessidades especiais poderá ser uma forma de atrair novos públicos e de divulgar os serviços disponibilizados pelo museu.

Órgãos de comunicação social

É fundamental que os órgãos de comunicação nacional e local sejam envolvidos na divulgação das iniciativas do museu, através da realização de acções de sensibilização específicas sobre a questão da acessibilidade e do estabelecimento de canais preferenciais de comunicação com os responsáveis daqueles órgãos.

■ Avaliação

O objectivo da avaliação consiste em criar mecanismos que nos assegurem que os serviços respondem verdadeiramente às necessidades das pessoas com necessidades especiais.

Vemos excelência quando um serviço ajuda uma pessoa com necessidades especiais a participar plenamente em todas as actividades promovidas pelo museu, o que acontece quando um serviço é capaz de se adaptar às necessidades dessa pessoa.

A avaliação deverá ser realizada de modo sistemático. Nesse sentido, e com o objectivo de recolher informação de um modo abrangente, a avaliação deve ser efectuada sob várias formas:

Dos visitantes

Existem diversas formas de promover a avaliação dos serviços, designadamente através da disponibilização de um livro para registo de opiniões e comentários colocado na zona de saída, ou da realização de inquéritos telefónicos posteriores para recolher a opinião dos visitantes. É importante avaliar o grau de satisfação dos visitantes e a eficácia das adaptações, mas é igualmente importante não transformar uma visita gratificante em trabalho suplementar, exigindo o preenchimento de uma ficha de avaliação no final da visita. Para algumas das pessoas com necessidades especiais, escrever é tarefa árdua, especialmente depois de uma visita emocionante e cansativa. Pode-se fornecer uma ficha de inquérito para ser devolvida ao museu após o seu preenchimento em casa, gravar as opiniões das pessoas no fim da visita, ou então pedir a opinião da entidade que solicitou a visita de grupo. A observação dos visitantes é também uma boa forma de obter dados para proceder a uma avaliação.

Convém lembrar que nem todas as pessoas com necessidades especiais estão aptas a pronunciar-se sobre acessibilidade e que nem todas querem participar no processo. Por isso não se deve forçar os visitantes com necessidades especiais a comentar as adaptações feitas ou a fazer.

De representantes dos grupos alvo

Uma avaliação dos serviços disponibilizados efectuada pelos representantes dos grupos alvo após a realização da visita permitirá também detectar as dificuldades sentidas pelos visitantes.

Do pessoal do museu

A equipa do museu implicada nas actividades deve dar a sua opinião acerca do modo como elas decorreram.

VII

Finanziamento

■ Programas comunitários

Para além do Programa Cultura 2000, especificamente dedicado à cultura, numerosos são os programas europeus com uma dimensão cultural. Esses programas são geridos por diferentes Direcções-Gerais e Serviços da Comissão Europeia, e regem-se por normas de financiamento e de elegibilidade próprias. Para conhecer detalhadamente os programas, é, pois, aconselhável consultar os documentos disponíveis no servidor Europa da Comissão ou contactar directamente as fontes de informação existentes ao nível nacional.

Financiamentos Culturais Europeus – Fundos Estruturais

Para mais informações consulte:

http://poc.min-cultura.pt/europa-cultura/Ao_Servico_das_Regioes_2000-2006_brochura.pdf

Financiamentos Culturais Europeus – Fundos Transnacionais

Para mais informações consulte:

http://poc.min-cultura.pt/europa-cultura/Financiamentos_Transnacionais2002.pdf

Programa Cultura 2000

Este programa, fornece um instrumento financeiro que permite a atribuição de subvenções a projectos de cooperação cultural em todos os domínios artísticos e culturais (artes do espectáculo, artes plásticas e visuais, literatura, património, história cultural, etc.).

Pretende promover e encorajar a criação e a mobilidade, a melhoria do acesso e da participação na cultura, a divulgação da arte e da cultura, o diálogo intercultural e o conhecimento mútuo da cultura e história dos povos europeus. Reconhecer a cultura como factor económico, de integração social e de cidadania.

O programa foi criado para um período de 5 anos (2000-2004).

Para mais informações consulte:

<http://poc.min-cultura.pt/europa-cultura/>

Programa Leonardo

Destina-se a apoiar e complementar as actividades empreendidas nos estados-membros da União Europeia para melhorar a qualidade das políticas e práticas de formação. Para atingir esse objectivo, este programa promove a cooperação transnacional entre os diferentes actores implicados no desenvolvimento da educação.

O programa será executado durante o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2000 e 31 de Dezembro de 2006.

Para mais informações consulte:

<http://www.socleo.pt/menu/leonardo/leonardo.htm>

Programa Sócrates

Como programa de acção da Comunidade Europeia na área da educação, o Programa Sócrates II dá especial atenção à aprendizagem ao longo da vida e contribuirá para a consecução dos objectivos de política definida no Conselho de Lisboa (Março de 2000), que colocou o desenvolvimento da sociedade do conhecimento no topo da agenda política da União Europeia.

O programa abrange o período de 1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006.

Para mais informações consulte:

<http://www.socleo.pt/menu/socrates/socrates.htm>

A **Ação Grundtvig** (Acção 3 - Educação de adultos e outros percursos educativos) visa melhorar a qualidade e a incentivar a dimensão europeia na educação de adultos em sentido lato, contribuindo para proporcionar mais oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. O conceito abrange todas as modalidades de aprendizagem, quer estejam incluídas no sistema formal, não formal ou informal de educação de adultos.

Programa Juventude

Surgiu no seguimento dos programas Juventude para a Europa e Serviço Voluntário Europeu, e da necessidade em estimular neste grupo etário o desenvolvimento de iniciativas internacionais, nacionais e locais que envolvessem os jovens, em particular aqueles com maiores dificuldades. É dirigido aos jovens com idades entre os 15 e 25 anos, oferecendo-lhes a oportunidade de participarem na construção da "Europa do Conhecimento", encorajando ao mesmo tempo o conceito de cidadania através da aprendizagem ao longo da vida.

Para mais informações consulte:

<http://www.dsj.raa.pt/juventude/>

A **Acção 1 – Intercâmbios Juventude para a Europa** – oferece aos diferentes grupos de jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, a oportunidade de trocarem experiências entre si ao nível cultural e pedagógico. Os programas de intercâmbio baseiam-se num tema específico e envolvem directamente os participantes em actividades que sejam objectivamente educacionais e não meramente lúdicas.

A **Acção 2 – Serviço Voluntário Europeu** – através desta acção, os jovens, com idades entre 18 e 25 anos, podem desenvolver noutro país, durante um período que pode ir até 12 meses, actividades em projectos de diversas áreas: social, ecológica, artística, desportiva, tecnológica, entre outras.

As **Acções Conjuntas** resultam da possibilidade de realização de projectos conjuntos para encorajar sinergias que as decisões que instituem os programas Sócrates (educação),

Leonardo da Vinci (formação profissional) e Juventude consagram. As Acções Conjuntas devem incidir em temas que, pela sua natureza não sejam pertença exclusiva de um só domínio - educação, formação e juventude. Pressupõem uma cooperação reforçada entre os agentes de vários sectores e áreas de conhecimento.

Para mais informações consulte:

http://europa.eu.int/comm/education/jointact_en.html

■ Outras opções

Parcerias

Estabelecer redes de parceria com outros serviços da comunidade (promovendo a colaboração de profissionais, famílias, autarquias, instituições, colectividades), pode criar mais-valias ao nível de recursos humanos e materiais.

Voluntariado

Grupos de voluntários devidamente enquadrados e formados poderão acompanhar os visitantes.

Mecenato

Poderão procurar-se apoios mecenáticos junto de empresas, criando “patronos” para os museus, as exposições e outras actividades ou serviços promovidos pelos museus.

Fundação Calouste Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian, através do Programa Belas Artes, concede subsídios para:

- Projectos de Desenvolvimento e Divulgação Artística;
- Apoio à produção de Exposições de Arte (preparação e montagem);
- Projectos de Criação Artística (áreas das artes visuais, em sentido lato);
- Apoio a programas para a recuperação e valorização do Património;
- Bolsas de Estudo de Especialização e Investigação. Estas bolsas cobrem os diversos sectores das Artes Plásticas, Artes Aplicadas, História e Crítica da Arte, Estética, Património, Arqueologia, Design, Fotografia, Arquitectura e Urbanismo, Gestão das Artes, Museologia e Conservação, encontrando-se o seu concurso aberto, em regra, durante todo o mês de Fevereiro.

Para mais informações consulte:

http://www.gulbenkian.pt/premios_programas/programas_belas_artes.asp

VIII

Níveis de aplicação

■ Muito bom: acessibilidade plena

Num museu, a inclusão faz parte da sua missão, tanto do lado de quem dirige e de quem nele trabalha como do lado dos seus visitantes.

Um dos principais objectivos do museu é comunicar e interagir com o público. O museu só poderá atingir plenamente este objectivo se reconhecer que o público tem diversas maneiras de ser e de entender o mundo e se preparar o seu espaço, equipamento, serviços, exposições e materiais de comunicação e divulgação de acordo com estes princípios.

O ideal é que todos os serviços sejam acessíveis a todos. As pessoas com necessidades especiais não devem estar sujeitas à oferta de serviços especiais mas devem poder optar entre um leque diversificado de possibilidades, como, por exemplo, escolher a ementa do bar/restaurante em português, inglês e Braille. O ideal será que as pessoas com necessidades especiais possam explorar o museu autonomamente e ter acesso a informação sobre todas as peças expostas.

É provável que nenhum museu no mundo seja 100% acessível. Será uma meta mais realista para novos museus concebidos de raiz com este fim. Contudo, este facto não pode fazer perder de vista o objectivo de assegurar a plena acessibilidade e o museu deve procurar fazer cada vez mais para satisfazer o visitante para além de pequenas adaptações relativamente fáceis de implementar.


■ Bom: acessibilidade satisfatória

Este grau de acessibilidade é mais fácil de obter, embora implique consultar os utentes e rever as políticas do museu. Significa que todo ou grande parte do espaço físico é acessível, os funcionários estão sensibilizados, grande parte da informação está disponível em formatos alternativos e as exposições incluem peças que podem ser tocadas por todos. As pessoas com deficiência auditiva encontram materiais vídeo em Língua Gestual, legendados por intérpretes profissionais. Estes materiais estão disponíveis de modo permanente, a par de informação escrita.

Visitas guiadas garantem que o visitante encontra todas as peças acessíveis e recebe a informação necessária para entender o restante acervo. O grau de acessibilidade vai aumentando com cada nova exposição ou galeria. A pessoa com necessidades especiais pode usufruir dos serviços do museu na companhia dos seus amigos e familiares sem necessidades especiais porque as adaptações estão integradas no circuito geral.

■ Suficiente: acessibilidade parcial

O museu oferece sessões e visitas especiais para pessoas com necessidades especiais e organiza núcleos tácteis em salas separadas. A maior parte da informação é transmitida oralmente pelos funcionários. As pessoas com deficiência auditiva podem beneficiar de visitas orientadas por um intérprete de Língua Gestual mediante marcação prévia.



Este tipo de acessibilidade é considerado apenas suficiente porque permite contacto com o acervo mas implica uma diferenciação de públicos. As pessoas com necessidades especiais são segregadas na medida em que não interagem com o museu. Deve ser visto apenas como um primeiro passo, uma solução enquanto o museu não tem conhecimentos, tempo e verbas para implementar outras soluções.

IX

Ficha diagnóstico
para avaliação
da acessibilidade
nos museus

Museu _____

Ficha preenchida por _____

Data _____

■ I – Acesso ao museu

1. O ESPAÇO		
Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Estacionamento		
Há lugares reservados para pessoas com necessidades especiais.		
Esses lugares são pelo menos dois.		
estão situados lado a lado.		
estão demarcados a amarelo com símbolo internacional.		
têm as dimensões mínimas de 550 cm x 350 cm.		
estão o mais perto possível da entrada do museu.		
Há lugar reservado para carga / descarga de cadeiras de rodas.		
Esses lugares têm reentrância.		
têm símbolo internacional.		
Passeios e vias de acesso¹		
Os passeios têm largura mínima de 225 cm.		
a largura mínima livre é de 120 cm.		
os pavimentos são compactos e têm boa aderência.		
a inclinação máxima longitudinal é de 6% e transversal de 2%.		
Os lances das passagens de peões são rebaixados a toda a largura.		
o desnível não ultrapassa 2 cm.		
têm uma inclinação suave.		
As aberturas das grelhas das tampas dos esgotos de águas pluviais não excedem 2 cm.		

1. Percurso entre o estacionamento ou a paragem dos transportes públicos e a entrada do museu.

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Desníveis		
Não há degraus.		
Há degraus com corrimãos ambos os lados.		
Há uma rampa.		
A rampa tem corrimãos ambos os lados.		
Porta		
É automática de correr.		
É giratória.		
Se for de abertura manual, tem puxador de alavanca/muleta.		
tem manípulos a 90 cm de altura.		
Se for de vidro, tem o vidro assinalado com contraste cromático ao nível do chão e dos olhos		
A largura útil mínima da porta é de 90 cm		
A soleira tem altura não superior a 2 cm		
2. A informação		
Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
O nome do museu é legível (letras com 15 cm de altura)		
tem fortes contrastes cromáticos.		
tem versão em Braille.		
tem versão sonora.		
O horário do museu é legível (letras com 15 cm de altura).		
tem versão em Braille.		
Observações:		

II – O Museu

A - ÁTRIO		
1. O ESPAÇO		
Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Desníveis		
Não há degraus ou desníveis acentuados.		
Balcão		
Tem largura mínima de 150 cm e altura máxima 80 cm.		
Tem em frente um espaço livre com pelo menos 90 cm x 100 cm.		
Telefone público		
A cabina está colocada fora do percurso de acesso às salas.		
A altura máxima da ranhura para as moedas ou para o cartão e do painel de marcação de números é de 90 cm.		
A campânula prolonga-se até o chão		
Casa de banho adaptada		
A porta é de correr ou abre para o exterior.		
Uma das cabines tem pelo menos 220 cm x 220 cm.		
A sanita		
tem uma posição que permite acesso por ambos os lados.		
está colocada no chão e não sobre um degrau.		
tem barras de apoio bilateral rebatíveis a 70 cm de altura.		
O lavatório		
situa-se a 80 cm do chão.		
não tem coluna.		
tem torneiras automáticas ou tipo hospitalar.		
O espelho está inclinado para baixo.		
O pavimento oferece boa aderência.		
Existe um sistema de alarme, com fio ao longo das paredes.		

2. A informação

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Sinalética		
As saídas e entradas estão bem identificadas.		
Os mapas de orientação são simples e claros.		
têm as diversas áreas do museu indicadas com cores diferentes.		
têm os percursos indicados com símbolos visuais e tácteis de fácil compreensão.		
Os símbolos para as casas de banho de homens e de mulheres são bem distintos.		
Informação (escrita e áudio)		
Há textos de leitura fácil nos painéis.		
nos folhetos.		
nos roteiros.		
Há textos em versão ampliada.		
Há textos em Braille.		
Há anéis de indução magnética (ou dispositivo semelhante).		
Há disquetes ou CD-Rom para o uso do visitante que traz o seu próprio equipamento de comunicação.		
Observações:		

B – ACESSO À ÁREA DE EXPOSIÇÃO

1. O ESPAÇO

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Escadas		
Têm largura mínima de 150 cm.		
Têm guardas dos lados exteriores.		
Os corrimãos estão de ambos os lados, a 85 cm ou 90 cm de altura.		
permitem uma boa apreensão das mãos.		
estão a 85 cm ou 90 cm de altura.		
têm 4 cm de diâmetro.		
têm as extremidades arredondadas.		
Os degraus são bem iluminados.		
têm focinhos assinalados com um contraste cromático com uma largura de 5 cm em cada face.		
têm focinho boleado.		
a altura máxima do espelho é de 16 cm.		
O piso tem boa aderência		
existe diferenciação de textura e cor no início e fim das escadas.		
Rampas		
Apenas existem desníveis que não podem ser eliminados.		
Todos os desníveis com mais de 2 cm de altura são rampeados ou rebaixados.		
A extensão máxima de um só lanço de uma rampa é de 6 m.		
Cada lanço é seguido por uma plataforma de nível para descanso com a mesma largura da rampa e 150 cm de comprimento.		
A largura mínima das rampas é de 150 cm		
Os corrimãos existem nos dois lados e são duplos, um a 90 cm e outro a 75 cm.		
prolongam-se em 1 m para além da rampa.		
têm as extremidades arredondadas.		

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Rampas (continuação)		
Os pavimentos são ladeados por uma protecção com 5 a 10 cm de altura.		
têm um revestimento que proporciona uma boa aderência.		
têm diferenciação de textura e cor no início e no fim da rampa.		
Elevadores		
O patamar não tem desníveis, degraus ou obstáculos.		
há um espaço diante do elevador com pelo menos de 150 cm x 150 cm.		
Os vãos das portas têm largura útil de, pelo menos, 80 cm.		
O espaço mínimo do interior das cabinas é de 110 cm de largura x 140 cm de profundidade.		
Há barras no interior das cabinas a uma altura de 90 cm e 6 cm da parede.		
Os comandos têm sinal luminoso.		
estão marcados com Braille.		
as cores usadas são o vermelho = alarme; verde = andar de saída; amarelo = abrir porta.		
a altura dos botões de comando é de 90 cm.		
Há informação áudio e visual sobre o andar em que a pessoa se encontra.		
Há detectores volumétricos para imobilizar portas e ou andamento das cabinas.		
Observações:		

C – ÁREA DE EXPOSIÇÃO

1. O ESPAÇO

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Portas		
São simples vãos na parede.		
São portas automáticas de correr.		
Se forem de abrir manualmente, têm puxador de alavanca/muleta.		
os manípulos estão a uma altura de 90 cm.		
Se forem de vidro, estão assinaladas com um forte contraste cromático.		
a largura útil mínima é de 90 cm.		
a soleira não excede 2 cm.		
Corredores		
Têm 150 cm de largura.		
A iluminação é regular e boa.		
Desníveis		
Estão bem assinalados.		
Expositores		
Os expositores com vidro até ao chão estão bem iluminados		
têm rebordos bem definidos		
têm uma protecção com uma altura mínima de 25 cm do solo.		
As paredes de vidro de meia altura têm o seu rebordo superior assinalado com um forte contraste cromático.		
Os objectos ou expositores salientes da parede mais do que 5 cm, prolongam-se até o chão.		
mais do que 30 cm, têm apoios laterais até ao chão		
têm por baixo um vão com 70 cm de altura.		
Os objectos expostos estão inclinados para permitir uma fácil e boa visibilidade.		

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Potenciais obstáculos		
Os suportes da informação não representam obstáculo.		
Objectos colocados no chão têm uma altura mínima de 30 cm.		
O espaço mínimo entre eles é de 150 cm.		
Não há suportes salientes nas paredes que possam magoar os visitantes.		
Alcatifas e passadeiras estão bem fixas ao chão.		
Iluminação		
Elimina sombras fortes.		
As peças mais pequenas estão à frente.		
Os cantos das salas estão bem iluminados.		
Não há de focos de luz sobre superfícies brilhantes.		
Locais onde o guia fala durante uma visita guiada estão bem iluminados.		
A iluminação ambiente permite ao maior número possível de visitantes ver todos os objectos.		
A intensidade da luz é igual nas diversas salas.		
Se não for, a transição é gradual.		
Zonas de exposição necessariamente escuras têm um corrimão que percorre toda a zona.		
Percurso táctil e acessível		
Existe no chão um percurso com contraste táctil e cromático que pode servir de linha guia.		
Há um corrimão que percorre toda a exposição e indica os locais onde o visitante deve parar.		
Zonas de descanso		
Lugares para sentar ou apoios a que as pessoas se possam encostar estão espalhados ao longo do percurso.		
As cadeiras e bancos têm alturas e formatos diferentes.		
A altura dos assentos é de 43-51 cm.		
A altura mínima das costas é de 45 cm.		
Como alternativa existem alguns encostos com 75-80 cm de altura.		
Há um contraste cromático entre os assentos e o chão e/ou os assentos e a parede.		
Não há painéis informativos ou objectos por cima dos lugares sentados.		
Há um espaço com 90 cm entre bancos ou no seu extremo.		

2. A informação

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Sinalética		
Existem mapas de orientação simples e claros.		
os percursos são indicados com símbolos visuais e tácteis de fácil compreensão		
as diversas áreas do museu estão indicadas por cores diferentes.		
Existe um contraste cromático forte entre as letras e o fundo do sinal.		
entre o fundo do sinal e a parede/prateleira/expositor onde está colocado		
Os sinais usam letras maiúsculas e minúsculas.		
de tipo simples, sem sombras e sem efeitos a três dimensões.		
as letras maiúsculas têm pelo menos 7,5 cm de altura.		
As saídas de emergência estão bem identificadas.		
Textos e Legendas		
A informação está disponível em vários níveis de dificuldade.		
Letras maiúsculas nas legendas têm 1 a 2,5 cm de altura e podem ser lidas a um metro de distância.		
Dentro dos expositores as legendas estão colocadas a um ângulo de 45°.		
Informação fora dos expositores, em particular informação em Braille, tem uma posição constante em relação aos mesmos.		
Há menos de 50 caracteres por linha.		
O texto é alinhada à esquerda.		
Uma lupa está disponível.		
Multimédia		
Existe um espaço em frente dos elementos interactivos de 90 cm de largura e 100 cm de comprimento		
Existe um espaço por baixo com 70 cm de altura, 80 cm de largura e 50 cm de profundidade.		
Elementos interactivos são acessíveis às pessoas com apenas uma mão ou com dificuldades motoras		

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Multimédia (continuação)		
Altura e ângulo do ecrã são reguláveis		
Os comandos não necessitam de ser agarrados com força.		
têm pelo menos 7,5 cm.		
estão colocados a 40-120 cm do chão (de preferência a 80-90 cm)		
a distância entre a parte da frente do elemento e os comandos não ultrapassa 50 cm.		
têm boa aderência		
têm um apoio para os pulsos ou cotovelos		
se for necessário um comando falado ou de audição, é possível ajustar a altura do respectivo equipamento (de preferência entre 80 cm e 180 cm).		
Elementos com ecrãs tácteis têm uma versão sonora da actividade ou informação activada por um toque num dos cantos.		
Zonas para serem tocadas têm pelo menos 7,5 cm de diâmetro e as zonas mortas intercalares são da mesma dimensão.		

3. O acervo

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Durante uma visita normal os visitantes podem tocar na maioria das peças susceptíveis de ser tocadas.		
Se o acervo tiver uma colecção de muitas peças semelhantes, podem tocar algumas dessas peças durante uma visita normal.		
Os visitantes podem tocar a maioria de peças expostas, durante uma sessão especial.		
Se o acervo tiver uma colecção de muitas peças semelhantes, os visitantes são incentivados a tocar em algumas dessas peças durante uma sessão especial.		
Existe um local para os visitantes poderem lavar as mãos no princípio da visita e retirar anéis e pulseiras.		
São fornecidas luvas finas ou "luvas invisíveis".		
As peças que podem ser tocadas estão protegidas contra quedas.		
Réplicas		
Quando contacto com o original é impossível, existem réplicas para tocar.		
As réplicas são acompanhadas por amostras do material usado no original.		
Existem versões simplificadas a preto e branco de quadros e imagens.		
Há imagens em relevo.		
Miniaturas e ampliações		
Há ampliações de peças pequenas.		
Há miniaturas de peças grandes.		
São acompanhadas por uma indicação do seu tamanho real.		
Observações:		

D – LOJA

1. O ESPAÇO

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Desníveis		
Acesso à loja sem degraus.		
Se houver escadas, têm corrimãos de ambos os lados.		
Se houver uma rampa, tem corrimãos de ambos os lados.		
No interior da loja não há degraus nem desníveis acentuados.		
Expositores		
Os expositores com vidro até ao chão estão bem iluminados		
têm rebordos bem definidos		
têm uma protecção com uma altura mínima de 25 cm do solo.		
As paredes de vidro de meia altura têm o seu rebordo superior assinalado com um forte contraste cromático.		
Os objectos ou expositores salientes da parede mais do que 5 cm, prolongam-se até o chão.		
mais do que 30 cm, têm apoios laterais até ao chão e por baixo um vão com 70 cm de altura.		
Os objectos expostos são inclinados para permitir uma fácil e boa visibilidade.		

2. A informação		
Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Balcão		
Tem uma largura mínima de 150 cm e máxima de 80 cm de altura.		
O espaço livre em frente do balcão tem pelo menos 90 cm x 100 cm.		
Preços		
Os preços são legíveis (letras maiúsculas e números têm 1 a 2,5 cm de altura e podem ser lidas a um metro de distância).		
3. Os objectos		
Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Os objectos que podem ser tocados estão ao alcance dos clientes.		
Observações:		

E – CAFETARIA

1. O ESPAÇO

Situação recomendada

Verifica-se

Sim Não

Desníveis

No acesso ao bar não há degraus.

Se houver escadas, têm corrimãos de ambos os lados.

Se houver uma rampa, tem corrimãos de ambos os lados.

No interior do bar não degraus nem desniveis acentuados.

Balcão

Tem uma largura mínima de 150 cm e o máximo de 80 cm de altura.

O espaço livre em frente do balcão tem pelo menos 90 cm x 100 cm.

Mesas

Têm altura regulável.

O espaço por baixo da mesa é suficiente para uma cadeira de rodas.

2. A informação

Situação recomendada

Verifica-se

Sim Não

Textos

A ementa é legível.

Está disponível noutros formatos

Braille

Ampliado

Observações:

F – AUDITÓRIO		
1. O ESPAÇO		
Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Desníveis		
Existe diferenciação de textura e cor no início e fim das escadas.		
A coxia		
não tem degraus.		
tem inclinação suave.		
tem corrimão (coxia lateral).		
Se houver degraus		
têm os focinhos assinalados com um contraste cromático		
com uma largura de 5 cm em cada face.		
têm focinho boleado.		
altura máxima do espelho é de 16 cm.		
têm um piso com boa aderência.		
estão bem iluminados.		
Lugares sentados		
Os lugares reservados para os utentes de cadeiras de rodas estão espalhados pelo auditório, embora sempre ao lado da coxia.		
Um ou mais lugares ficam perto da saída.		
Algumas cadeiras podem ser retiradas quando for preciso criar lugares especiais.		
Ampliações sonoras		
Existe um anel de indução magnética ou dispositivo semelhante.		
Observações:		

G – JARDIM

1. O ESPAÇO

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Desníveis		
As escadas têm diferenciação de textura e cor no início e fim.		
têm a largura mínima de 150 cm.		
Os degraus estão bem iluminados.		
têm os focinhos assinalados com um contraste cromático com uma largura de 5 cm em cada face.		
os focinhos são boleados.		
a altura máxima do espelho é de 16 cm.		
têm guardas dos lados exteriores e corrimãos de ambos os lados.		
o piso proporciona boa aderência.		
Os corrimãos permitem uma boa prensão das mãos.		
têm 85 cm ou 90 cm de altura.		
têm 4 cm de diâmetro.		
têm as extremidades arredondadas.		
Caminhos		
Os pavimentos dos passeios são compactos e têm boa aderência.		
A largura mínima livre do passeio é de 120 cm.		
A inclinação máxima longitudinal é de 6% e transversal de 2% .		
Nos locais onde há desníveis superiores a 2 cm há um percurso alternativo.		
Água		
Existem bebedouros de alturas diferentes.		
O pavimento à volta de fontes e lagos permite a aproximação de cadeiras de rodas.		

Situação recomendada	Verifica-se	
	Sim	Não
Vegetação		
Existe uma passagem livre mínima de 210 cm de altura x 120 cm de largura.		
Sinalética		
Existem mapas de orientação simples e claros.		
com os percursos indicados com símbolos visuais e tácteis de fácil compreensão.		
As saídas de emergência estão bem identificadas		
Os sinais usam letras maiúsculas com pelo menos 7,5 cm de altura		
Legendas		
Há um contraste cromático forte entre as letras e o fundo do sinal.		
entre o fundo da legenda e a vegetação		
São usadas letras maiúsculas e minúsculas.		
O tipo de letra é simples, sem sombras e sem efeitos a três dimensões		
As letras maiúsculas têm 1 a 2,5 cm de altura		
As legendas podem ser lidas a um metro de distância.		
As legendas não têm mais de 50 caracteres por linha.		
O texto é alinhado à esquerda.		
Observações:		



Legislação

■ Nacional

- **Lei n.º 9/89, de 2 de Maio**

Aprova a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Necessidades Especiais.

- **Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio**

Torna obrigatória a adopção de normas técnicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

- **Resoluções do Conselho de Ministros N.ºs 96 e 97/99, de 26 de Agosto**

Dizem respeito à iniciativa nacional para os cidadãos com necessidades especiais na sociedade da informação.

- **Resolução do Conselho de Ministros N.º 110/2003, de 12 de Agosto**

Aborda o programa nacional para a participação dos cidadãos com necessidades especiais na sociedade da Informação.

■ Comunitária

- **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**

(Aprovada na Cimeira de Nice em Dezembro de 2000)

Reconhece que para alcançar a igualdade para as pessoas com deficiência, o direito à não discriminação deve ser completado pelo direito a beneficiar de apoio e assistência.

- **Carta Comunitária dos Direitos Sociais**

(Aprovada no Conselho Europeu de Estrasburgo em Dezembro 1989)

Refere que todas as pessoas com deficiência devem beneficiar de medidas adicionais que favoreçam a sua integração social.

- **Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência**

(Resolução de Conselho de Ministros em Dezembro de 1996)

Incita os Estados-membros a ponderar políticas de inserção social das pessoas com deficiência e suas famílias, a suprimir as barreiras existentes, e ainda a fomentar o envolvimento de representantes de pessoas com deficiência na adopção dessas medidas.

XI

Bibliografia

BROUILLETTE, R. et al., *Community-based approaches for individuals with mental handicap*, Bruxelas, ILSMH, 1993

FREYHOFF, G., *Simplifique – Linhas orientadoras europeias para uma leitura fácil*, Bruxelas, Inclusion International, 1998

Des musées pour tous: Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées, Paris, Direction des Musées de France, 1997

NOLAN, Gail, *Designing Exhibitions to Include People with Disabilities – A Practical Guide*, Edinburgh, The National Museums of Scotland, NMS Publishing, 1997

Pautas para la evaluación de la calidad, Bruxelas, UNESCO - ILSMH, 1990

PEARSON, Annie, *Arts for Everyone*, s.l., Carnegie UK Trust, 1985

As Regras das Nações Unidas sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Necessidades especiais, Nações Unidas - Versão de Leitura Fácil, Lisboa, FENACERCI, 1998

SHEARER, A., *Think Positive!*, Bruxelas, ILSMH, 1985

Touchdown, – a project in sensivity awareness, Toronto, Toronto Transit Commission, s.d.

Handbook for quality in cultural web sites. Improving quality for citizens. Draft version 1.2 – 6th November 2003. s.l., Minerva Working Group 5, 2003

Recursos na Internet

- *Access to Museums, Archives and Libraries for Disabled Users Self Assessment Toolkit I*, in Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries, <http://www.resource.gov.uk>
- *Disability Directory for Museums and Galleries*, in Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries, <http://www.resource.gov.uk>
- European Concept for Accessibility Network, <http://www.eca.lu>
- *Inspiring learning for all*, in Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries, <http://www.resource.gov.uk>
- MUNDAY, Val, *Guidelines for Establishing, Managing and Using Handling Collections and Hands on Exhibits in Museums, Galleries and Children's Centres, February 2002*, <http://www.resource.gov.uk/action/learnacc/00access.asp>
- Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, <http://www.snripd.mts.gov.pt/>
- *Smithsonian Guidelines for Accessible Exhibition Design*, in Smithsonian Institution, <http://www.si.edu/opa/accessibility>
- Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, Presidência do Conselho de Ministros, Programa Acesso, <http://www.unic.pcm.gov.pt>
- WAI – *Web Accessibility Initiative. Web Content Accessibility Guidelines 1.0. W3C (World Wide Web Consortium) Recommendation 5 May 1999*, <http://www.w3.org>

XIII

Contactos

Instituições

ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal)

R. de S. José, 86 - 1º
1150-324 Lisboa
Tel: 21 324 45 00 / Fax: 21 342 85 18
E-mail: cib@acapo.pt
<http://www.acapo.pt>

ANACED (Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Necessidades Especiais)

Rua do Sítio ao Casalinho da Ajuda
1349-011 Lisboa
Tel: 21 363 68 36 / Fax: 21 364 86 39
E-mail: anaced@net.sapo.pt

APPC-NRS (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Núcleo Regional do Sul)

Av. Rainha D. Amélia
1600-676
Tel: 21 754 06 92 - 3 / Fax: 21 757 23 02
E-mail: appcnrs@net.sapo.pt

FENACERCI (Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social)

R. Augusto Macedo, 2 A
1600-794 Lisboa
Tel. 21 711 25 80 / Fax: 21 711 25 81
E-mail: fenacerci@fenacerci.pt
<http://www.fenacerci.pt>

IJRP (Instituto Jacob Rodrigues Pereira)

R. D. Francisco de Almeida, nº 1
1400-117 Lisboa
Tel: 21 304 10 70 / Fax: 21 301 85 86
E-mail: 0163066401@netcabo.pt

IPM (Instituto Português de Museus)

Palácio Nacional da Ajuda
Ala Sul, 4º andar
1349-021 Lisboa
Tel: 21 365 08 00 / Fax: 21 364 78 21
E-mail: claramineiro@ipmuseus.pt
<http://www.ipmuseus.pt>

SNRIPD (Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência)

Av. Conde Valbom, 63
1069-178 Lisboa
Tel.: 21 792 95 00 / Fax: 21 796 51 82
E-mail: snripd@snripd.mts.gov.pt
<http://www.snripd.mts.gov.pt>
Linha Directa Cidadão/Necessidades especiais: 21 795 95 45

XIII

Anexos

Anexo 1: Acessibilidade arquitectónica dos museus do IPM - espaços públicos

Museus	Estacionamento			Acessos		Zonas de Visitáveis									
	PÚBLICO	PRIVADO	LUGAR PARA DEFICIENTE	RAMPAS	ELEVADORES	ÁTRIO	SALAS DE EXPOSIÇÃO	LOJA	CAFETARIA	AUDITÓRIO	BIBLIOTECA	RESERVAS VISITÁVEIS	SERVIÇO EDUCATIVO	SANITÁRIOS	JARDIM
Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	NA
Museu do Abade Baçal	S	N	N	S	S	S	S	S	NA	S	NA	NA	S	S	S
Museu de Alberto Sampaio	S	N	N	N	N	S	N	S	NA	N	N	NA	S	N	S
Museu de Arte Popular	Encerrado para Remodelação														
Museu de Aveiro	S	N	N	S	N	S	P	S	NA	N	N	NA	N	N	NA
Museu dos Biscainhos	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	NA	N	N	N
Museu de Cerâmica	S	N	N	P	N	S	P	S	NA	N	N	NA	N	N	N
Museu do Chiado	S	N	N	N	S	S	S	P	N	S	N	NA	N	P	N
Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso	S	N	N	N	N	N	N	N	NA	N	N	NA	N	N	N
Museu de Etnologia do Porto	Encerrado														
Museu de Évora	Encerrado para Remodelação														
Museu Francisco Tavares Proença Jr.	S	N	N	N	N	S	P	S	NA	N	N	NA	N	N	NA
Museu de Grão Vasco	S	N	N	S	S	S	S	S	S	S	S	NA	S	S	S
Museu da Guarda	S	N	N	N	N	S	P	S	NA	N	N	NA	N	N	NA
Museu de José Malhoa	S	N	N	N	N	N	N	N	NA	N	N	NA	N	N	NA
Museu de Lamego	S	N	N	N	N	S	P	S	NA	N	N	NA	N	N	NA
Museu Monográfico de Conímbriga	S	N	N	N	N	S	P	S	S	S	N	NA	N	P	P
Museu da Música	S	N	N	N	S	S	S	S	S	S	S	NA	S	N	NA
Museu Nacional de Arqueologia	S	N	N	N	N	S	S	S	NA	S	N	NA	N	N	NA
Museu Nacional de Arte Antiga	S	N	N	N	S	S	P	S	P	N	N	NA	NA	N	N
Museu Nacional do Azulejo	S	N	N	N	S	S	P	S	N	S	S	NA	S	N	N
Museu Nacional dos Coches	S	N	N	N	N	S	N	P	NA	NA	NA	NA	N	N	NA
Museu Nacional de Etnologia	S	N	N	S	S	S	P	S	S	S	S	NA	N	P	S
Museu Nacional de Machado de Castro	Encerrado para Remodelação														
Museu Nacional de Soares dos Reis	S	N	N	S	S	S	S	S	S	S	S	NA	N	S	S
Museu Nacional do Teatro	S	N	N	N	S	S	S	S	S	P	S	NA	N	N	N
Museu Nacional do Traje	S	N	N	N	N	S	N	S	N	N	N	NA	N	N	N
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa	Encerrado para Remodelação														
Museu de Terras de Miranda	S	N	N	N	N	N	N	N	N	NA	N	NA	N	N	NA

Levantamento actualizado em Janeiro de 2004

S - Sim N - Não P - Acessibilidade Parcial NA - Não Aplicável

□ - Sem Projecto ■ - Projecto em Curso ■ - Obra em Preparação
■ - Obra em Curso ■ - Remodelado

Anexo 2: Acessibilidade arquitectónica dos museus do IPM - espaços de serviço

Museus	Estacionamento			Acessos		Zonas de Trabalho			
	PÚBLICO	PRIVADO	LUGAR PARA DEFICIENTE	RAMPAS	ELEVADORES	GABINETES	RESERVAS	OFICINAS	SANITÁRIOS
Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Museu do Abade Baçal	N	N	N	S	S	S	S	S	NA
Museu de Alberto Sampaio	N	N	N	N	N	N	N	N	NA
Museu de Arte Popular	Encerrado para Remodelação								
Museu de Aveiro	N	N	N	S	S	S	S	S	S
Museu dos Biscainhos	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Museu de Cerâmica	N	N	N	P	N	S	P	S	NA
Museu do Chiado	N	N	N	P	S	S	S	P	N
Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso	N	N	N	N	N	N	N	N	NA
Museu de Etnologia do Porto	Encerrado								
Museu de Évora	Encerrado para Remodelação								
Museu Francisco Tavares Proença Jr.	N	N	N	N	N	S	P	S	NA
Museu de Grão Vasco	N	N	N	S	S	S	S	S	S
Museu da Guarda	N	N	N	N	N	S	P	S	NA
Museu de José Malhoa	N	N	N	N	N	N	N	N	NA
Museu de Lamego	N	N	N	N	N	S	P	S	NA
Museu Monográfico de Conímbriga	N	S	N	N	N	S	S	S	S
Museu da Música	N	N	N	N	S	S	S	S	S
Museu Nacional de Arqueologia	N	N	N	N	N	S	S	S	S
Museu Nacional de Arte Antiga	N	N	N	S	S	S	S	S	P
Museu Nacional do Azulejo	N	N	N	N	S	S	P	S	N
Museu Nacional dos Coches	N	N	N	N	N	S	N	S	NA
Museu Nacional de Etnologia	N	S	N	S	S	S	N	S	S
Museu Nacional de Machado de Castro	Encerrado para Remodelação								
Museu Nacional de Soares dos Reis	N	S	N	S	S	S	S	S	S
Museu Nacional do Teatro	N	N	N	S	S	S	S	S	S
Museu Nacional do Traje	N	N	N	N	N	S	N	S	N
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa	Encerrado para Remodelação								
Museu de Terras de Miranda	N	N	N	N	N	N	N	N	NA

Levantamento actualizado em Janeiro de 2004

S - Sim N - Não P - Acessibilidade Parcial NA - Não Aplicável

□ - Sem Projecto ■ - Projecto em Curso ■ - Obra em Preparação
■ - Obra em Curso ■ - Remodelado